

Prio S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de
dezembro de 2025 e Relatório do Auditor
Independente

Relatório de Administração	3
Declaração da Diretoria	20
Parecer do Conselho de Fiscal	20
Parecer do Comitê de Auditoria	20
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	20
Composição do Conselho de Administração	23
Composição do Conselho Fiscal	23
Composição da Diretoria Executiva	23
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	24
Balanço Patrimonial	30
Balanço Patrimonial	31
Demonstrações dos resultados	32
Demonstrações dos resultados abrangentes	33
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	34
Demonstrações dos fluxos de caixa	35
Demonstrações do valor adicionado	36
1. Contexto operacional	37
2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras	39
3. Caixa e equivalentes de caixa	53
4. Contas a Receber	54
5. Tributos a recuperar	54
6. Adiantamento a fornecedores	55
7. Investimentos	55
8. Imobilizado (Consolidado)	57
9. Intangível (Consolidado)	59
10. Fornecedores	62
11. Obrigações trabalhistas	62
12. Tributos e contribuições sociais a pagar	62
13. Empréstimos e financiamentos	63
14. Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	66
15. Operações de Arrendamento (IFRS16/ CPC06 – R2)	69
16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	70
17. Provisão para abandono de instalações	72
18. Adiantamento de parceiros	72
19. Impairment	73
20. Patrimônio líquido	73
21. Transações com partes relacionadas (Controladora)	75
22. Receita Líquida	77
23. Custos dos produtos vendidos	77
24. Despesas gerais e administrativas	78
25. Outras receitas e despesas	78
26. Resultado financeiro	79
27. Imposto de Renda e Contribuição Social	79
28. Informações por segmento (Consolidado)	80
29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	80
30. Contingências	84
31. Eventos subsequentes	86

Relatório de Administração

O ano de 2025 foi marcado por importantes conquistas, como a aquisição do campo de Peregrino, o desenvolvimento do campo de Wahoo e a consolidação de uma operação ainda mais eficiente - todas elas ancoradas pela cultura que cultivamos desde nossa origem. Quando o assunto é cultura, ficamos particularmente orgulhosos tanto com a entrada de novos sócios oriundos da operação de Peregrino quanto com a elevada taxa de conversão dos bônus em ações por parte dos demais colaboradores. Atualmente, acima de 90% das pessoas que estão conosco há mais de um ano são sócios, garantindo um alinhamento de todos com a geração consistente de valor no longo prazo. Esse mesmo alinhamento também se reflete na forma como pensamos a alocação de capital da Companhia, por meio de aquisições estratégicas, pelo desenvolvimento dos nossos ativos operados e pela distribuição de capital aos investidores, com a formalização de uma política de remuneração ao acionista prevista para os próximos meses.

Iniciamos o ano com a aquisição de 60% de participação e da operação do campo de Peregrino. Após a assinatura dos contratos em maio, durante o processo de transição, o campo foi interditado pela ANP em agosto, ainda sob gestão do antigo operador. Nesse momento decisivo, atuamos de forma ativa e coordenada junto ao então operador e ao órgão regulador para endereçar as demandas identificadas e viabilizar a retomada segura das atividades. Com a desinterdição e a obtenção das aprovações regulatórias necessárias, pudemos antecipar o *closing* da primeira tranche da transação, referente a 40% da participação e à operação do campo, originalmente previsto para 2026. A conclusão antecipada permitiu o início imediato da captura de sinergias operacionais, com redução de custos, ganhos de eficiência e maior controle sobre a operação do ativo.

Também avançamos com consistência no campo de Wahoo. Após a obtenção das licenças de perfuração e instalação ao longo do ano, iniciamos o desenvolvimento do campo e atualmente nos encontramos em fase final de comissionamento. Recentemente, obtivemos a licença de operação, última etapa do licenciamento, e estamos nos preparando para o primeiro óleo do campo nos próximos dias com dois poços, o terceiro previsto para as próximas semanas e o quarto para o final de abril. O campo de Wahoo marca o primeiro desenvolvimento conduzido pela PRIO, conectando um novo campo a uma infraestrutura já existente, refletindo nossa capacidade de crescer com eficiência e disciplina na alocação de capital.

Em Albacora Leste, demos passos importantes com relação à integridade e à confiabilidade do ativo, com foco especial nos sistemas de geração de energia e de compressão de gás. As melhorias implementadas ao longo do ano resultaram em maior estabilidade operacional e em níveis recordes de eficiência, consolidando um padrão mais elevado de confiabilidade. Com a conclusão das melhorias de redundância previstas para os próximos meses, avançaremos para uma operação ainda mais estável e previsível, em linha com o desempenho operacional já observado nos demais ativos da Companhia.

No *cluster* Polvo e Tubarão Martelo, obtivemos as anuências necessárias para a realização dos *workovers* nos poços de Tubarão Martelo que haviam apresentado falhas nas bombas submersas (BCS) em 2024, permitindo a retomada da capacidade plena do ativo. Em Polvo, iniciamos a 6ª campanha de perfuração do campo, aproveitando estruturas já existentes, o que contribui para a redução de custos e a otimização de recursos ao longo da execução. Assim, em dezembro, iniciamos a operação de um novo poço produtor, contribuindo para a sustentação da produção e para a extensão da vida útil do ativo.

Como resultado desses avanços, a Companhia atingiu produção média recorde de 106,4 mil barris por dia em 2025 e vendas recordes de 37,8 milhões de barris no ano. Em dezembro, atingimos o patamar de produção de 155,8 mil barris por dia, refletindo a consistência da nossa execução operacional e a capacidade da Companhia de transformar avanços estratégicos em crescimento sustentável da produção.

Na PRIO, enxergamos que a melhor proteção contra a volatilidade do preço do petróleo está no controle dos custos e na manutenção de um *lifting cost* baixo. Apesar do aumento pontual, impactado principalmente pela interdição temporária do campo de Peregrino e pelos custos mais elevados da antiga operadora do campo, encerramos o ano com US\$ 12,5 por barril no quarto trimestre e já iniciamos a captura de sinergias operacionais e a redução de custos no ativo. Ao longo de 2026, com o início da produção de Wahoo e o avanço da otimização de custos em Peregrino, iremos retomar níveis similares aos

apresentados em 2023.

Os avanços operacionais e estratégicos da PRIO ao longo do ano foram viabilizados por uma estrutura financeira sólida e por uma gestão ativa do balanço. Em 2025, realizamos emissões de debêntures no mercado local com swap para dólar totalizando aproximadamente US\$ 745 milhões e, em outubro, concluímos a emissão de US\$ 700 milhões em *bonds*, com a recompra parcial dos títulos com vencimento em 2026. Essas iniciativas reforçaram a liquidez da Companhia, sustentando a execução da nossa estratégia com disciplina financeira. Ao longo do ano, essa evolução também foi reconhecida pelas agências de *rating*, com upgrades concedidos pela Fitch e pela S&P e, já em 2026, pela Moody's, refletindo o fortalecimento do perfil financeiro da Companhia.

Uma das nossas funções de maior importância é alocar capital de forma eficiente. Assim, além da análise de potenciais aquisições, que já são parte da nossa rotina, recomparamos 11,4 milhões de ações, cancelamos 3% das ações detidas em tesouraria e reabrimos em dezembro, um novo programa de recompra de mais 10% do capital da Companhia. Além disso, com a maior escala na geração de caixa e desempenho operacional da PRIO, entendemos que a Companhia atingiu um patamar que permite avançar na formalização de uma política de remuneração aos acionistas, cuja definição e divulgação pretendemos realizar ainda no primeiro semestre de 2026.

Sabemos, no entanto, que a geração de valor da PRIO começa pelas pessoas. Por isso, seguimos evoluindo com o mesmo foco que sempre orientou a Companhia: cuidar das pessoas e operar com segurança. A segurança permanece como um valor essencial da nossa cultura e, ao longo do ano, reforçamos a conscientização sobre o tema com iniciativas estruturadas, ampliamos ações voltadas ao bem-estar dos colaboradores e mantivemos programas preventivos de saúde, sempre com foco em promover um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Por meio da plataforma I ❤️ PRIO, ampliamos a nossa presença e o apoio a projetos nas áreas de educação, esporte e cultura, fortalecendo nosso compromisso com a sociedade. Em 2025, lançamos o Impulso I ❤️ PRIO, nosso programa de voluntariado corporativo, e criamos o Instituto PRIO, voltado ao apoio a iniciativas ligadas à biodiversidade, educação ambiental e economia do mar. Publicamos, também, o nosso terceiro Relatório Anual de Sustentabilidade, consolidando os avanços ambientais, sociais e de governança da Companhia.

Encerramos 2025 com bases ainda mais sólidas para o próximo ciclo. Entramos em 2026 com maior escala, ativos mais eficientes, projetos relevantes em execução e uma estrutura financeira preparada para sustentar o crescimento com disciplina.

Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação, aos investidores pela confiança e à sociedade pelo apoio contínuo. Seguimos com o mesmo foco de sempre, comprometidos com a nossa cultura, executando com excelência de maneira a gerar valor sustentável, certos de que encerramos 2025 com bases ainda mais sólidas e iniciamos 2026 com uma escala ainda maior, ativos mais eficientes, cultura mais arraigada e mais preparados para os próximos desafios e para o futuro da PRIO.

DESEMPENHO OPERACIONAL

	4T24	2024	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	4T25 X 4T24	4T25 X 3T25	2025 X 2024
Brent Médio	\$ 74,01	\$ 79,86	\$ 74,98	\$ 66,71	\$ 68,17	\$ 63,08	\$ 68,19	-14,8%	-7,5%	-14,6%
Preço Médio Brent de Referência	\$ 75,13	\$ 80,88	\$ 74,68	\$ 65,84	\$ 68,32	\$ 63,22	\$ 68,07	-15,9%	-7,5%	-15,8%
Tx Câmbio Média	\$ 5,84	\$ 5,39	\$ 5,85	\$ 5,66	\$ 5,45	\$ 5,40	\$ 5,59	-7,6%	-1,0%	3,6%
Tx Câmbio Final	\$ 6,17	\$ 6,17	\$ 5,71	\$ 5,43	\$ 5,32	\$ 5,47	\$ 5,47	-11,3%	2,9%	-11,3%
Offtakes (kbbbl)										
Campo de Frade (100%)	3.586	15.525	2.750	2.359	2.827	2.865	10.800	-20,1%	1,4%	-30,4%
Campo de Albacora Leste (90%)	1.876	9.098	2.626	1.397	3.237	1.644	8.917	-12,4%	-49,2%	-2,0%
Cluster Polvo e TBMT (100%)	945	4.453	1.267	780	1.342	1.321	4.688	39,8%	-1,5%	5,3%
Campo de Peregrino (80%)	710	710	3.574	3.635	1.430	4.782	13.421	573,8%	234,4%	1791,1%
Total PRIO	7.117	29.785	10.217	8.172	8.835	10.612	37.837	49,1%	20,1%	27,0%
Produção (boepd)										
Campo de Frade (100%)	40.662	43.412	38.274	23.052	32.892	31.577	31.448	-22,3%	-4,0%	-27,6%
Campo de Albacora Leste (90%)	24.062	24.573	21.926	26.810	26.769	25.197	25.176	4,7%	-5,9%	2,5%
Cluster Polvo e TBMT (100%)	11.878	13.287	10.847	11.019	13.870	14.812	12.637	24,7%	6,8%	-4,9%
Campo de Peregrino (80%)	10.978	2.745	38.246	39.215	14.637	56.358	37.114	413,4%	285,0%	1252,2%
Total PRIO	87.581	84.017	109.292	100.095	88.168	127.944	106.375	46,1%	45,1%	26,6%
Lifting Cost (US\$/bbl)										
PRIO	11,1	9,0	12,8	13,8	17,4	12,5	13,9	12,9%	-28,0%	55,3%

No ano, a produção total da Companhia cresceu 27%, impulsionada principalmente pela aquisição de 40% de participação no campo de Peregrino, concluída em dezembro de 2024. No trimestre, a produção aumentou 46% em relação ao 4T24, refletindo o *closing* da aquisição de participação adicional de 40% e da operação do campo de Peregrino, concluído em 11 de novembro de 2025, que adicionou aproximadamente 40 mil barris por dia à produção da PRIO. Em comparação com o 3T25, a produção avançou 45%, principalmente em função da retomada da produção do campo após a interdição do FPSO Peregrino pela ANP e da conclusão da aquisição da operação do ativo em novembro.

O volume produzido em Frade foi inferior em 28% na comparação com 2024 e 22% na comparação com o 4T24. Essa redução se deve à: (i) declínio da produção; (ii) parada programada realizada em abril, necessária para viabilizar a entrada do óleo do campo de Wahoo; e (iii) falha no sistema de compressão de gás do campo após a parada, solucionada em junho.

No campo de Albacora Leste, o volume produzido em 2025 superou em 3% o volume apresentado em 2024, refletindo a maior eficiência e estabilidade operacional alcançadas ao longo do ano. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a produção aumentou em 5%, devido à troca de uma turbina e manutenção do sistema de compressão de gás que impactaram o desempenho do ativo no 4T24.

O volume produzido no cluster Polvo e TBMT em 2025 foi 5% inferior ao registrado em 2024, em função de falhas nas Bombas Centrífugas Submersas (BCS) em três poços de Tubarão Martelo. Na comparação entre o 4T25 e o 4T24, a produção aumentou 25%, refletindo a retomada dos poços que estavam parados aguardando a anuência para *workover*.

No campo de Peregrino, a produção anual aumentou 1.252% em relação a 2024, refletindo principalmente a consolidação de 80% de participação no ativo em novembro de 2025. No 4T25, a produção registrou aumento de 413% em relação ao 4T24 e de 285% frente ao 3T25, devido à: (i) retomada da produção do campo no dia 17 de outubro, após a interdição do FPSO Peregrino pela ANP; e (ii) *closing* da aquisição de 40% de participação e operação do ativo em 11 de novembro de 2025.

Desde o início das operações da PRIO, que consolidou sua estratégia de crescimento através da aquisição e desenvolvimento de ativos em produção, a Companhia trabalha para aumentar seus níveis de produção e racionalizar seus custos, mantendo sempre os níveis de excelência em responsabilidade ambiental, segurança e eficiência operacional. A PRIO acredita que a

melhor proteção contra a volatilidade do Brent é a redução de seu *lifting cost* e esse continuará sendo um pilar dos atuais e futuros projetos. Diante disso, a Companhia apresenta, a seguir, a evolução do seu *lifting cost* desde 4T19.

Lifting Cost PRIO

(US\$/bbl)



O *lifting cost* da Companhia no 4T25 apresentou aumento de aproximadamente 13% em relação ao 4T24, impactado fortemente pela interdição do FPSO Peregrino pela ANP, que retomou a operação no dia 17 de outubro. Em relação ao 3T25, o *lifting cost* registrou redução de 28%, reflexo da retomada da produção após a interdição e pelo início da otimização dos custos do campo de Peregrino após a conclusão da aquisição da operação do campo.

COMERCIALIZAÇÃO

A estratégia de comercialização adotada pela PRIO vem se consolidando como um diferencial competitivo relevante, ao garantir condições mais favoráveis nas negociações de petróleo e ampliar o universo de clientes. A modalidade “entrega ao cliente” tem permitido à Companhia acessar mercados estratégicos. Em um cenário de maior volatilidade do *Brent*, essa flexibilidade comercial tem sido fundamental para capturar melhores prêmios e descontos, maximizando a rentabilidade por barril e fortalecendo o posicionamento da PRIO no mercado internacional.

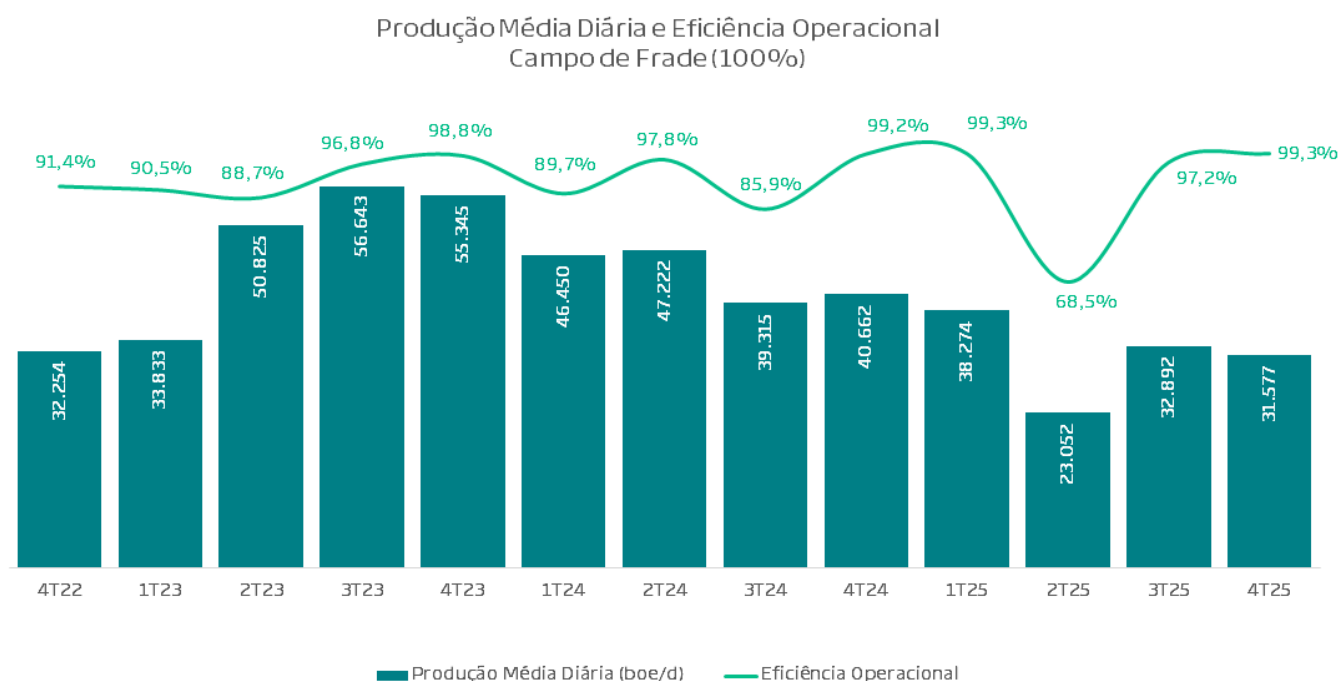
No 4T25, a PRIO vendeu 10,6 milhões de barris, representando aumento de 53% em relação ao 4T24 e de 23% frente ao 3T25, refletindo a maior produção no período. O volume vendido foi distribuído entre os campos de Peregrino (4,8 milhões de barris), Frade (2,9 milhões de barris), Albacora Leste (1,6 milhão de barris) e o cluster Polvo e TBMT (1,3 milhão de barris). O preço médio realizado ponderado pelo volume (Brent de referência) foi de US\$ 63,22 por barril, com preço equivalente FOB de US\$ 55,49/bbl, resultando em um desconto consolidado de US\$ 7,73/bbl, frente a US\$ 4,17/bbl registrado no 3T25.

Essa ampliação do desconto equivalente FOB no 4T25 reflete, principalmente, o maior peso de Peregrino no volume de vendas da Companhia no período. O campo representou 45% do volume total comercializado e possui, estruturalmente, um desconto de qualidade maior em razão das características de seu óleo pesado. Além disso, o diferencial do óleo pesado frente ao Brent vem se ampliando desde o final do ano, pressionando o desconto comercial do campo. No trimestre, o desconto também foi impactado pelo redirecionamento de cargas decorrente da interdição do campo Peregrino, que exigiu ajustes logísticos e realocação de volumes, e pela elevação das diárias de VLCCs no mercado internacional de fretamento, impulsionada pelo contexto geopolítico global, que pressionou as despesas com frete.

CAMPO DE FRADE

A produção média do campo no 4T25 foi de 31,6 kbpd, uma redução de aproximadamente 4% em relação ao 3T25 e de 22% frente ao 4T24, devido principalmente ao declínio natural do campo. No acumulado do ano, a produção apresentou queda de 28% em relação a 2024, explicada pela parada programada realizada em abril, com foco nas intervenções no *topside* para viabilizar a futura entrada em produção do campo de Wahoo, e pela falha no sistema de compressão de gás após o retorno das operações, solucionada em junho.

No trimestre, a eficiência operacional do ativo foi de 99,3%.



Ao longo do 4T25, a Companhia deu continuidade à perfuração dos poços produtores do campo de Wahoo, tendo concluído a perfuração de três dos quatro poços produtores previstos, além da execução das instalações submarinas e da interligação dos poços ao FPSO de Frade.

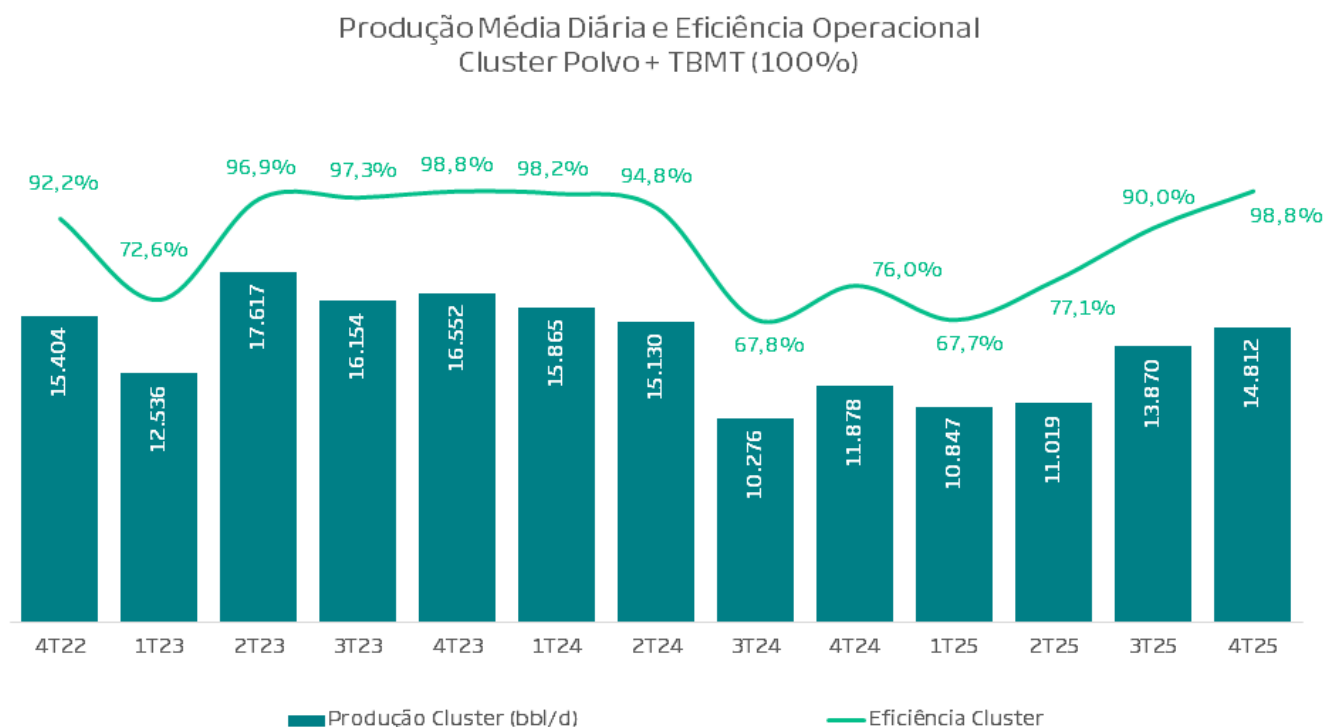
Recentemente, a PRIO recebeu a Licença de Operação do campo de Wahoo, última etapa do licenciamento antes do início da produção do campo. A Companhia está na fase final de comissionamento e se prepara para o primeiro óleo nos próximos dias, inicialmente com dois poços em produção, seguidos pela entrada do terceiro nas próximas semanas e do quarto até o final de abril.

CLUSTER POLVO E TBMT

No 4T25, o *cluster* Polvo e Tubarão Martelo registrou produção média diária de 14,8 mil barris, representando aumento de 7% em relação ao 3T25, devido à retomada do poço TBMT-6H, que havia parado em julho em função de falha na Bomba Centrífuga Submersa (BCS), e à perfuração do poço POL-GY, que entrou em produção no dia 18 de dezembro, acrescentando aproximadamente 1.500 barris por dia à produção do cluster. Na comparação com o 4T24, a produção aumentou 25%, explicada pela retomada dos poços TBMT-10H e TBMT-4H, cuja produção havia sido interrompida no 2T24 devido a falhas

nas Bombas Centrífugas Submersas (BCS) e que voltaram a produzir em junho de 2025, após anuência do IBAMA para *workovers*.

Assim, a eficiência operacional do *cluster* no trimestre foi de 98,8%, o nível mais alto desde o 4T23.

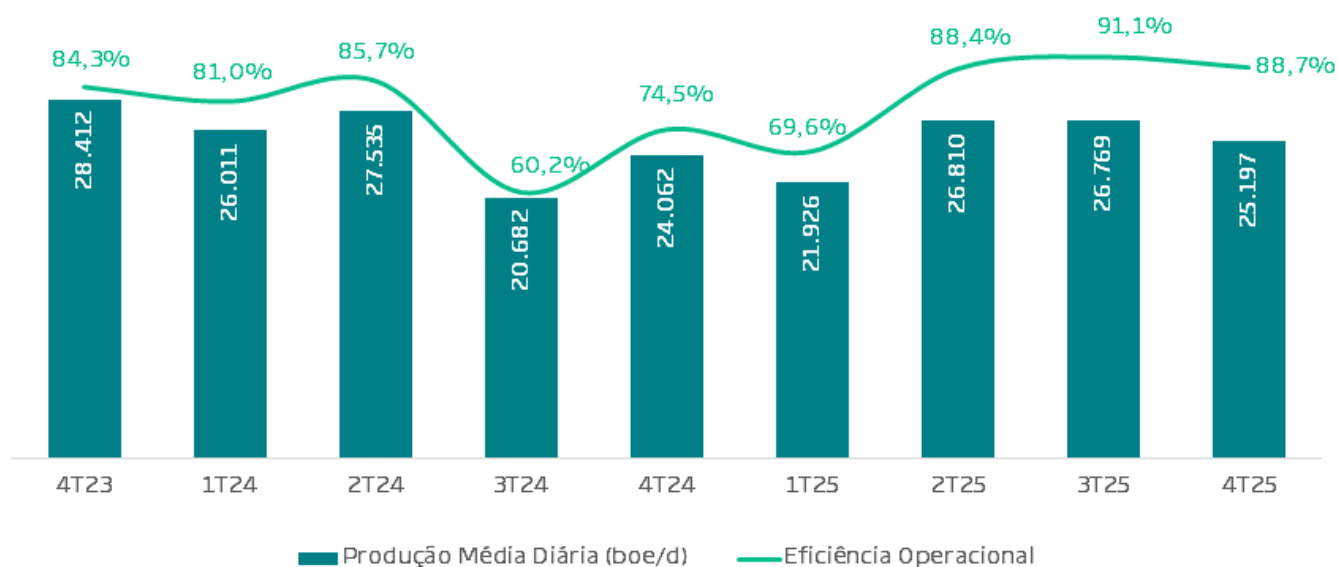


CAMPO DE ALBACORA LESTE

No trimestre, o campo de Albacora Leste registrou produção média diária de 25,2 mil barris (participação PRIO), representando um aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função da troca de duas turbinas e da manutenção do sistema de compressão de gás que impactaram a produção do ativo no 4T24. Em comparação com o 3T25, a produção apresentou uma queda de 6%, devido a uma falha no sistema de compressão de gás, que foi normalizada em dezembro com a conclusão da instalação do segundo compressor.

Desde a aquisição do ativo em 2023, a Companhia vem implementando melhorias voltadas à integridade e à eficiência operacional. Ao longo de 2025, o campo passou a apresentar maior estabilidade operacional, alcançando, desde o 2T25, níveis de eficiência operacional superiores a 88%, refletindo os resultados dos esforços implementados. A Companhia permanece focada na continuidade das iniciativas de integridade e eficiência operacional do ativo, confiante de que está no caminho certo para alcançar os mesmos patamares de confiabilidade observados em seus demais campos.

Produção Média Diária (90%) e Eficiência Operacional Campo de Albacora Leste

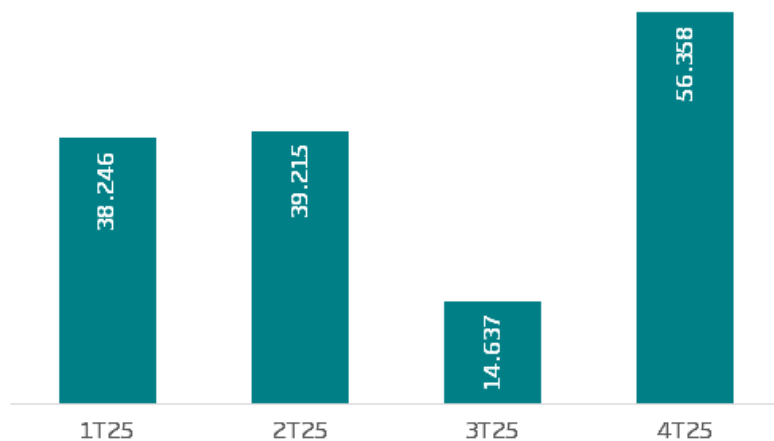


CAMPO DE PEREGRINO

No 4T25, o campo de Peregrino registrou produção média diária de 56,4 mil barris (participação PRIO), um aumento de 413% em relação ao 3T25, refletindo: (i) a retomada da produção do campo em 17 de outubro, após a interdição do FPSO Peregrino pela ANP em 15 de agosto; e (ii) *closing* da aquisição de 40% de participação adicional e da operação do ativo em 11 de novembro de 2025, que adicionou aproximadamente 40 mil barris diários à produção da Companhia.

Com a assunção da operação do campo em novembro, a PRIO iniciou o processo de gestão ativa dos poços e da produção, concluindo, em dezembro, o *workover* do poço B-21 e a perfuração do poço C-2, que iniciou sua produção em fevereiro. O controle da operação do ativo também marcou o início de um processo de otimização de custos, com foco na redução do *lifting cost*, por meio da redução de custo administrativo, otimização logística, revisão e renegociação de contratos e o processo de reconstrução do gasoduto do campo.

Produção Média Diária (80%) Campo de Peregrino



CERTIFICAÇÃO DE RESERVAS

A PRIO publicou uma nova certificação de reservas, elaborada pela DeGolyer & MacNaughton, com data de referência de 1 de janeiro de 2026, incluindo os *clusters* de Polvo e TBMT (Bravo), Frade e Wahoo (Valente), o campo de Albacora Leste e o campo de Peregrino.

Resumo das reservas:

Campo	Óleo (MMbbl)			
	Jan/25 D&M 1P	Produção 2025	Jan/25 Pós Prod.	Jan/26 D&M 1P
Cluster Valente	241,5	11,2	230,3	232,5
Frade (100%)	118,8	11,2	107,6	110,8
Wahoo (100%)	122,7	0	122,7	121,7
Cluster Bravo	34,1	4,6	29,5	35,6
Polvo (100%)	15,8	2,1	13,7	18,7
Tubarão Martelo (100%)	18,3	2,5	15,8	16,9
Albacora Leste (90%)	289,2	9,1	280,1	273,4
Peregrino (80%)	200,0	22,9	177,1	215,8
Total 1P	764,9	47,8	717,0	757,3
Peregrino (20%)	50,0	5,7	44,3	53,9
Total 1P pós closing	814,9	53,6	761,3	811,3
1C	90,9	-	90,9	108,0
Total 1P + 1C	905,8	53,6	852,2	919,3

Resumo do CAPEX associado às reservas:

Campo	CAPEX de expansão ⁽¹⁾ (US\$ MM)		CAPEX ⁽¹⁾ /barril adicionado (PUD + PDNP) (US\$/bbl)		CAPEX ⁽²⁾ /Poço Novo (US\$ MM)	
	Jan/25 D&M 1P	Jan/26 D&M 1P	Jan/25 D&M 1P	Jan/26 D&M 1P	Jan/25 D&M 1P	Jan/26 D&M 1P
Frade (100%)	88,0	57,0	3,2	2,2	55,0	51,0
Wahoo (100%)	850,0	870,0	6,9	7,1	51,3	51,3
Polvo + TBMT (100%)	64,5	49,5	3,8	9,1	25,3	24,8
Albacora Leste (90%)	1.136,1	1.152,3	5,2	5,8	60,9	63,3
Peregrino (100%)	— ⁽³⁾	345,0	— ⁽³⁾	3,3	— ⁽³⁾	17,5

(1) Não considera CAPEX de manutenção da produção.

(2) Considera CAPEX 100% de perfuração e completação de poços novos.

(3) As informações de CAPEX do campo de Peregrino não foram inseridas em 2025, uma vez que na certificação anterior, a PRIO não era a operadora do ativo.

(4) As informações de CAPEX do campo de Peregrino foram inseridas em 2025, uma vez que na certificação anterior, a PRIO não era a operadora do ativo.

No campo de Frade, foi considerado 1 poço *infill* em 2026 e um dos poços anteriormente contemplados no PDNP foi reclassificado para o 1C. Adicionalmente, o CAPEX por poço novo foi revisado, refletindo a expectativa atual de custos de perfuração no campo, à medida que o projeto avançou para um maior nível de definição.

No campo de Wahoo, a certificação foi atualizada para incorporar o cronograma mais recente do projeto. O CAPEX total também foi ajustado para US\$ 870 milhões, refletindo a estimativa mais atualizada após o avanço da execução do projeto.

Em Albacora Leste, a curva de produção 1P foi revisada considerando a expectativa atual de obtenção das licenças ambientais necessárias para o início da campanha de perfuração. Além disso, um poço anteriormente contemplado no PUD foi reclassificado para 1C. O CAPEX por barril adicionado aumentou em relação à certificação anterior, principalmente pela exclusão dos dois poços hidratados que foram reabertos em 2025 e que apresentavam menor CAPEX por barril adicionado.

No cluster Polvo e TBMT, a nova certificação passou a refletir o novo poço POL-GY no campo de Polvo, que entrou em produção em 2025 e não estava contemplado anteriormente nas reservas do *cluster*, contribuindo com 2,3 milhões de barris. A curva 1P também foi ajustada para refletir um menor declínio do campo. Adicionalmente, foram considerados um poço produtor (Well B) em 2026 e um poço produtor (Well A) previsto para 2027 no campo de Polvo. Em relação ao CAPEX, a certificação anterior considerava dois *workovers* em Tubarão Martelo, o que resultava em menor CAPEX por barril adicionado, uma vez que essas intervenções possuem custo inferior à perfuração de novos poços.

Por fim, no campo de Peregrino, a nova certificação foi ajustada para refletir a redução do OPEX implementada pela PRIO após a assunção da operação do ativo, o que viabilizou a extensão da vida útil do campo e adicionou 19,3 milhões de barris à curva 1P. Adicionalmente, foram incluídos 29 milhões de barris referentes à parte das reservas da área do campo chamada de “isolado”, correspondentes ao volume identificado até o LKO (*Lowest Known Oil*). A perfuração prevista para este ano permitirá a avaliação de um potencial incremento de volume nessa área.

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Em 2025, a Companhia reforçou seus padrões de segurança operacional, avançando na consolidação de uma cultura de prevenção e cuidado contínuo com as pessoas e as operações. Em novembro, a PRIO realizou a SIPAT, com o tema “Cuidar de Si é Cuidar de Todos”, fortalecendo o engajamento do time em práticas de segurança. As campanhas de conscientização

e os investimentos realizados ao longo do ano contribuíram para a redução das taxas de acidentes, com destaque para a queda do TESP1 de 0,4 para 0,0 em 2025 e a redução do TESP2 de 4,0 para 2,0.

No 4T25, a Companhia concluiu com êxito o ciclo de auditorias internas regulatórias de seus sistemas SGSO, SGSS e SGIP, evidenciando a efetividade dos controles internos e a aderência aos requisitos legais e regulatórios.

A agenda de sustentabilidade da PRIO também evoluiu ao longo de 2025, com a estruturação do Instituto PRIO e a consolidação de iniciativas socioambientais de impacto. Em dezembro, a Companhia renovou o apoio ao Projeto Mar Atento, iniciativa voluntária apoiada pelo Instituto PRIO e realizada em parceria com a Equinor e a Shell, com participação da BWE, voltada ao treinamento da comunidade pesqueira para resposta a emergências com óleo no mar na Bacia de Campos. No âmbito do TAC Frade, a PRIO apoiou, ao longo do ano, dez unidades de conservação por meio da realização de obras e aquisição de equipamentos, além de destinar recursos a novos subprojetos de educação ambiental voltados à implementação e ao aprimoramento de tecnologias sustentáveis.

Adicionalmente, em 2025, a PRIO avançou de forma relevante na gestão e no reporte de emissões, com a obtenção da Certificação Ouro do inventário de emissões de 2024, pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. O reconhecimento reflete o contínuo aperfeiçoamento dos processos de mensuração e controle das emissões, incluindo a verificação por terceira parte independente, reforçando a robustez das informações divulgadas pela Companhia.

Ao longo do 4T25, a PRIO também reforçou sua atuação institucional por meio do apoio a iniciativas que ampliam seu impacto positivo na sociedade. Por meio do Instituto PRIO, foi realizado o evento Manguezais, fortalecendo o posicionamento da Companhia em temas ambientais e de preservação. A marca I ❤️ PRIO esteve presente em projetos culturais, como a Carandaí, em eventos esportivos, como o XTerra Búzios e o Paranoel, e em eventos sociais, como o Natal Solidário, que foi realizado em parceria com a Rede Cruzada, gerando impacto real na vida de crianças e adolescentes. Em 2025, a Companhia também concluiu a 1ª edição do Impulso PRIO, programa de voluntariado corporativo que fortaleceu o engajamento dos colaboradores e acelerou projetos nas comunidades onde a Companhia atua.

Para a PRIO, promover a saúde e o bem-estar de seus colaboradores é um compromisso contínuo. Como reconhecimento, a Companhia foi premiada no PNQV – Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, conquistando a categoria Prata em dezembro. Ao longo do 4T25, a Companhia manteve e expandiu iniciativas voltadas à qualidade de vida, com novas edições do PRIO Trekking na Pedra da Gávea, no Mirante da Cascatinha e Alto da Bandeira e no Circuito Grutas, incentivando a prática de atividades ao ar livre e a integração do time. No período, a PRIO também deu continuidade à rotina de consultas cardiológicas preventivas, atendendo 91 colaboradores no trimestre.

Na PRIO, as decisões estratégicas são orientadas por valores de excelência, segurança, saúde e responsabilidade socioambiental. A Companhia acredita que o crescimento futuro deve ser sempre alcançado de forma responsável e sustentável, como base para a geração de valor e longevidade no longo prazo.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A PRIO apresenta abaixo o desempenho financeiro com e sem o impacto das mudanças no IFRS 16, e representações dos lançamentos contábeis não-caixa e não recorrentes e seus impactos nas demonstrações quando ilustradas em dólares.

Resultados do Período (Em milhares de US\$)

	Ex-IFRS 16			Acumulado - Ex-IFRS 16			Inclui IFRS 16		
	4T24	4T25	Δ	2024	2025	Δ	2024	2025	Δ
Receita Total	536.017	642.411	20%	2.400.624	2.484.372	3%	2.400.624	2.484.372	3%
Resultado de comercialização	(23.558)	(53.592)	127%	(96.924)	(150.955)	56%	(96.924)	(150.955)	56%
Receita Total - FOB	512.459	588.819	15%	2.303.700	2.333.417	1%	2.303.700	2.333.417	1%
Impostos de venda interna e exportação	(23.602)	(2.680)	-89%	(27.347)	(22.303)	-18%	(27.347)	(22.303)	-18%
Receita Líquida	488.857	586.139	20%	2.276.353	2.311.114	2%	2.276.353	2.311.114	2%
Custos de Produto Vendido	(88.045)	(146.289)	66%	(296.577)	(537.347)	81%	(246.996)	(481.037)	95%
Royalties e Participação Especial	(51.146)	(65.959)	29%	(225.996)	(271.243)	20%	(225.996)	(271.243)	20%
Resultado das Operações	349.666	373.892	7%	1.753.780	1.502.525	-14%	1.803.361	1.558.835	-14%
Despesas gerais e administrativas	(27.359)	(32.513)	19%	(90.961)	(118.523)	30%	(90.960)	(118.523)	30%
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.595)	(17.147)	-17%	12.215	(68.755)	-663%	12.215	(68.755)	-663%
EBITDA	301.712	324.232	7%	1.675.034	1.315.247	-21%	1.724.616	1.371.557	-20%
Margem EBITDA	62%	55%	-7 p.p.	74%	57%	-17 p.p.	76%	59%	-16 p.p.
Depreciação e amortização	(127.439)	(306.241)	140%	(463.087)	(979.826)	112%	(499.066)	(1.033.446)	107%
Resultado financeiro	(8.088)	(89.068)	1001%	(69.857)	(338.517)	385%	(97.463)	(364.207)	274%
Receita Financeira	1.354.840	333.051	-75%	1.856.661	1.351.358	-27%	1.314.102	1.351.358	3%
Despesa Financeira	(1.362.928)	(422.119)	-69%	(1.926.518)	(1.689.876)	-12%	(1.411.565)	(1.715.565)	22%
Imposto de renda e contribuição social	908.229	(114.321)	-113%	594.060	407.892	-31%	594.060	407.892	-31%
Lucro (Prejuízo) do Período	1.074.414	(185.398)	-117%	1.736.150	404.795	-77%	1.722.148	381.795	-78%
EBITDA ajustado*	322.307	341.378	6%	1.662.819	1.384.002	-17%	1.712.401	1.440.312	-16%
Margem EBITDA ajustada	66%	58%	-8 p.p.	73%	60%	-13 p.p.	75%	61%	-14 p.p.

*O EBITDA Ajustado é calculado semelhante ao EBITDA, desconsiderando a linha composta com efeitos não recorrentes "Outras Receitas e Despesas".

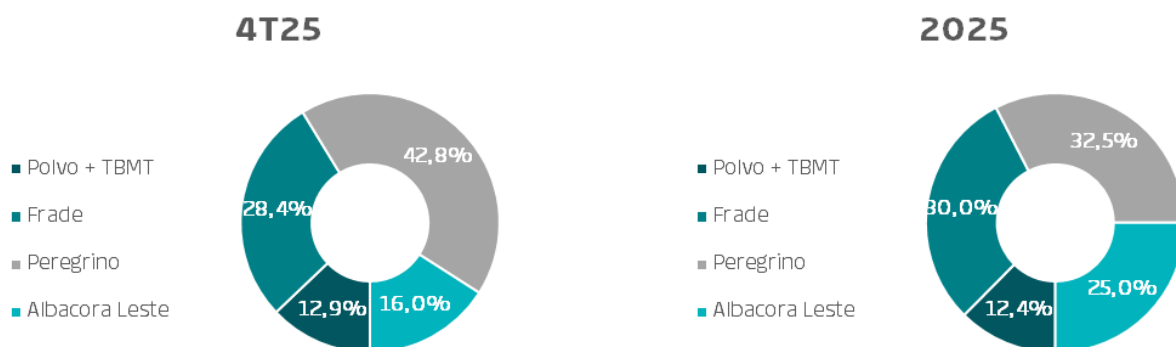
Estoque de óleo	4T24	3T25	4T25	4T25 X 4T24	4T25 X 3T25
Saldo em barris (kbbl)	1.958	2.189	3.891	98,8%	77,8%
Campo de Frade	401	962	972	142,2%	1,0%
Albacora Leste	228	358	1.009	341,6%	181,8%
Cluster Polvo e TBMT	814	652	672	-17,5%	3,1%
Peregrino	513	217	739	43,9%	240,6%
Trading	-	-	499	n/a	n/a
Custo do Estoque (US\$ mil)	81.204	84.328	174.293	114,6%	106,7%
Campo de Frade	2.909	18.772	17.262	493,4%	-8,0%
Albacora Leste	8.856	17.340	50.469	469,9%	191,1%
Cluster Polvo e TBMT	25.206	30.250	33.213	31,8%	9,8%
Peregrino	44.233	17.966	42.146	-4,7%	134,6%
Trading	-	-	31.203	n/a	n/a

Em 2025, a PRIO registrou receita total de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 3% em relação a 2024, mesmo diante da queda de 15% no preço médio do Brent no período. Esse resultado se deve principalmente pelo aumento de 27% na produção e nas vendas da Companhia na comparação anual.

No trimestre, a Companhia registrou receita total de US\$ 642 milhões, 20% acima do registrado no 4T24. Assim como no acumulado do ano, o crescimento ocorreu mesmo diante da retração de 15% no preço médio do Brent, refletindo o aumento de 46% na produção e de 49% nas vendas na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Analisando a receita trimestral, o campo de Peregrino foi responsável por 42,8% da receita total da Companhia, o campo de Frade representou 28,4% da receita, o campo de Albacora Leste foi responsável por 16,0% e o *cluster* de Polvo e TBMT, por 12,9%. Na receita anual, o campo de Peregrino foi responsável por 32,5%, o campo de Frade representou 30,0%, o campo de Albacora Leste foi responsável por 25,0% da receita e o *cluster* de Polvo e TBMT, por sua vez, contribuiu 12,4% para a receita total da PRIO. No gráfico abaixo, pode ser verificada a representatividade de cada ativo no total da receita da Companhia:

Receita por Ativo



O resultado de comercialização totalizou US\$ 151 milhões negativos no ano, um aumento de 56% em relação ao valor registrado em 2024. No trimestre, o resultado foi de US\$ 54 milhões negativos, 127% acima do observado no 4T24. O aumento é explicado pelo maior volume de *offtakes* na comparação entre os períodos com maiores vendas na modalidade entregue ao cliente e um aumento na despesa com frete.

A linha de impostos de venda interna e exportação totalizou US\$ 22 milhões em 2025 e US\$ 3 milhões no 4T25, ambos relacionados à comercialização de carga interna. Em comparação com 2024 e com o 4T24, houve uma redução de 18% e 89% respectivamente, devido ao menor volume de vendas internas realizadas ao longo de 2025.

Os Custos dos Produtos Vendidos (“CPV”) no ano somaram US\$ 537 milhões (ex-IFRS 16), 81% acima do registrado em 2024, refletindo principalmente a incorporação de 40% do campo de Peregrino, adquirido da Sinochem em dezembro de 2024. No trimestre, o CPV totalizou US\$ 146 milhões, um aumento de 66% em relação ao 4T24, refletindo a incorporação dos 40% do campo de Peregrino em dezembro de 2024 e a consolidação dos 40% de participação adicional e operação do campo, adquiridos da Equinor em novembro de 2025.

A linha de royalties e participação especial registrou US\$ 271 milhões em 2025 e US\$ 66 milhões no 4T25, representando aumentos de 20% e 29% quando comparados ao registrado em 2024 e no 4T24, respectivamente. Esse aumento é explicado, principalmente, pela incorporação de 40% de Peregrino em dezembro de 2024 e pela aquisição de 40% adicionais em novembro de 2025.

A Companhia reconheceu um Resultado Operacional (ex-IFRS 16) de US\$ 1,5 bilhão no ano, 14% inferior ao registrado em 2024, apesar do maior volume de vendas, refletindo a queda do Brent no período e o aumento dos custos decorrentes da

aquisição da participação não operadora no campo de Peregrino. Na comparação com o 4T24, o resultado operacional foi de US\$ 374 milhões no 4T25, representando crescimento de 7%.

As despesas gerais e administrativas, que incluem gastos com M&A, pessoal, projetos, geologia e geofísica, totalizaram US\$ 119 milhões em 2025, representando um aumento de 30% em relação a 2024, explicado principalmente pelo crescimento das despesas com pessoal ao longo do ano. Na comparação trimestral, as despesas totalizaram US\$ 33 milhões no 4T25, um aumento de 19% em relação ao 4T24.

A linha de outras receitas (despesas) operacionais totalizou US\$ 17 milhões negativos, refletindo principalmente o reconhecimento como perda do OPEX associado aos 17 dias parados do campo de Peregrino em outubro, período em que os custos foram incorridos sem a correspondente produção.

No ano, a Companhia registrou EBITDA ajustado (ex-IFRS 16) de US\$ 1,4 bilhão, 17% inferior frente ao resultado de 2024, devido à queda do Brent e do aumento dos custos operacionais decorrentes da aquisição da participação não operadora do campo de Peregrino em dezembro de 2024. No trimestre, o EBITDA ajustado foi de US\$ 341 milhões, 6% superior ao registrado no 4T24, refletindo o resultado operacional do período.

A linha de depreciação e amortização aumentou 112% em relação a 2024, totalizando US\$ 980 milhões em 2025. No trimestre, a Companhia registrou US\$ 306 milhões em depreciação e amortização, um aumento de 140% em relação ao 4T24. Esse aumento reflete a aquisição de 40% de participação no campo de Peregrino no 4T24, bem como a conclusão da aquisição dos 40% adicionais e da operação do campo em novembro de 2025.

O resultado financeiro (ex-IFRS 16) em 2025 foi negativo em US\$ 339 milhões, comparado a US\$ 70 milhões negativos no ano anterior. No 4T25, o resultado financeiro foi negativo em US\$ 89 milhões, frente a US\$ 8 milhões negativos no mesmo período do ano anterior. Esse resultado reflete principalmente a maior posição de dívida e, consequentemente, o aumento das despesas financeiras, com maiores gastos com juros em relação ao ano anterior.

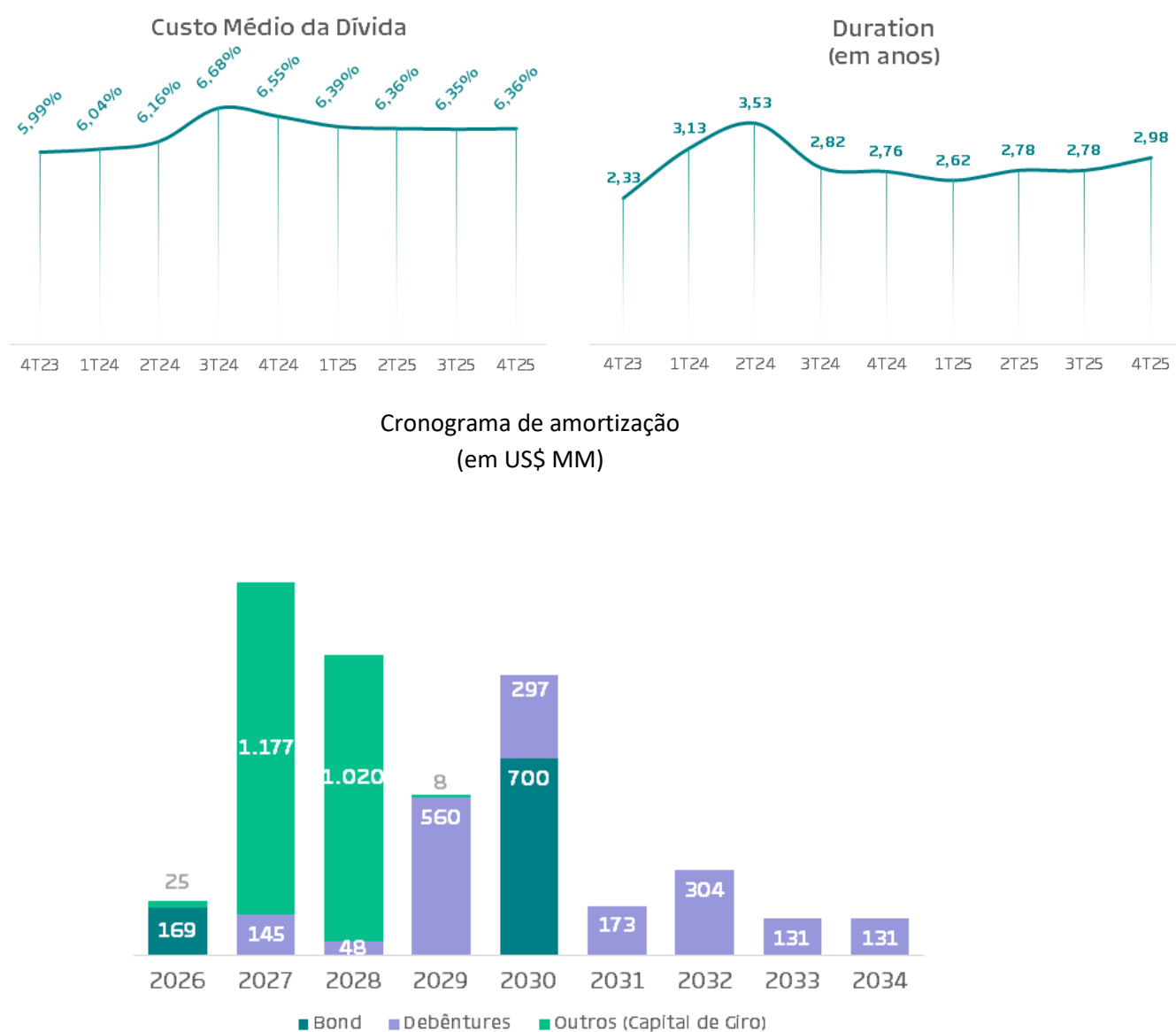
No trimestre, a Companhia registrou prejuízo líquido de US\$ 185 milhões, refletindo principalmente o aumento na linha de depreciação e amortização, além do ajuste da base tributável em função da valorização do real frente ao dólar no período, impactando o valor apresentado dos ativos imobilizados e intangíveis.

O lucro líquido (ex-IFRS 16) do ano totalizou aproximadamente US\$ 405 milhões, representando uma redução de 77% em relação a 2024. Essa variação é explicada, principalmente, pelo impacto positivo registrado no 4T24, decorrente do reconhecimento integral do crédito fiscal relacionado ao prejuízo fiscal da PRIO Forte S.A. (antiga Dommo Energia S.A.), em função da transferência dos ativos para a referida sociedade, o que suportou a realização do crédito. Adicionalmente, o aumento na linha de depreciação e amortização, decorrente das aquisições do campo de Peregrino, também impactou o lucro líquido no período.

CAIXA, DÍVIDA E FINANCIAMENTOS

No quarto trimestre de 2025, a PRIO realizou a emissão de Notas Representativas de Dívidas ("*bonds*") no mercado internacional, no valor de US\$ 700 milhões, estruturadas na forma de *Senior Notes* com prazo de 5 anos e taxa de 6,75% ao ano. Em paralelo, a PRIO lançou a *Tender Offer* de suas *Senior Secured Notes* com vencimento em junho de 2026, recomprando um montante total de US\$ 431.267.000,00. Como resultado da emissão do novo *bond* e da *Tender Offer*, o custo médio da dívida da Companhia no trimestre foi de 6,36%, com *duration* de 2,98 anos.

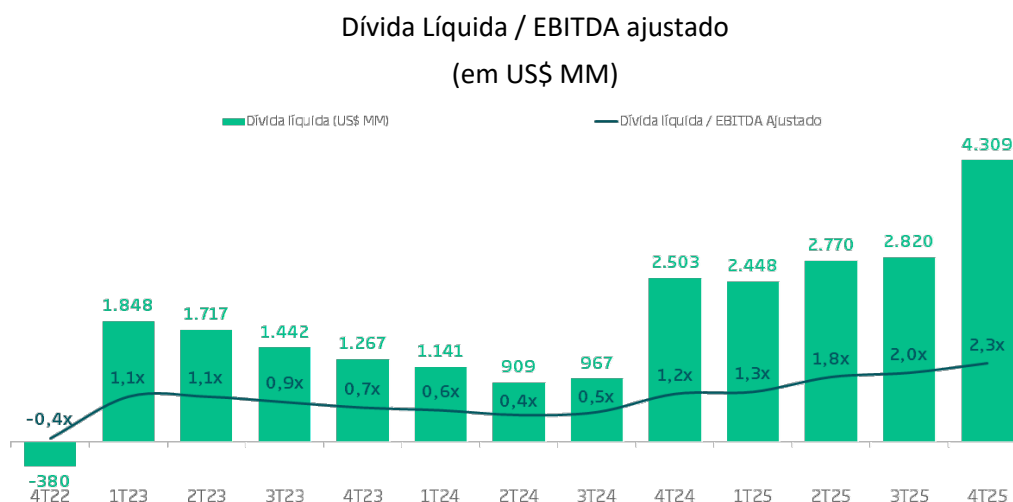
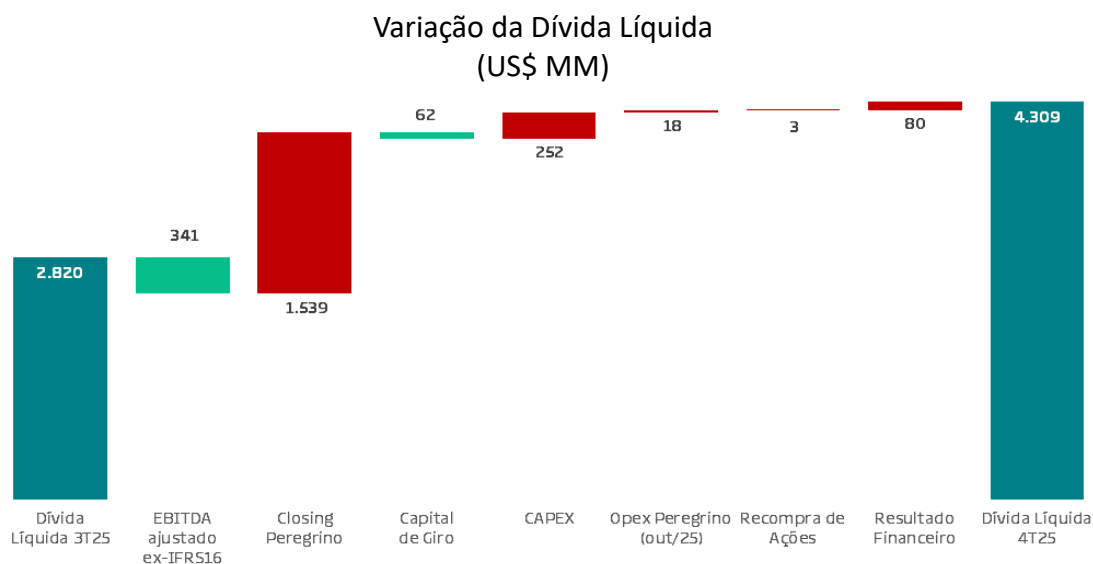
A PRIO mantém o custo e *duration* das dívidas em patamares considerados adequados pela Companhia e segue monitorando o mercado nacional e internacional buscando oportunidades de forma a manter sua estrutura de capital robusta.



DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

No 4T25, a posição de dívida líquida da PRIO aumentou em aproximadamente US\$ 1.489 milhões comparado com o 3T25, explicada pelas seguintes variações:

- *Closing* Peregrino: pagamento da aquisição de 40% e operação do campo de Peregrino, considerando os ajustes de preço relacionados a juros e à geração de caixa apurados desde o *effective date*, em 1º de janeiro de 2024, até o *closing*, em 11 de novembro de 2025.
- Capital de Giro: positivamente impactado devido à redução de recebíveis e ao aumento de fornecedores no período.
- CAPEX: principalmente devido à perfuração dos poços de Wahoo e conexão ao FPSO Valente, perfuração de um poço e um *workover* em Peregrino, perfuração de poço em Polvo e manutenção em Albacora Leste.
- Opex Peregrino: *cash call* referente ao OPEX associado aos 17 dias parados do campo de Peregrino em outubro, período em que os custos foram registrados como perda.
- Recompra de ações: recompra de 425.500 ações no trimestre.



*Para fins de cálculo dos *covenants* financeiros, o EBITDA utilizado considera os efeitos do IFRS 16, conforme definição estabelecida nos respectivos contratos de financiamento, bem como o EBITDA LTM referente à participação de 40% no campo de Peregrino, adquirida em novembro de 2025.

POLÍTICA DE EQUIDADE

A Companhia reconhece a importância da promoção da equidade e da diversidade em seu ambiente de trabalho, buscando assegurar condições igualitárias de desenvolvimento profissional e valorização das pessoas. Nesse contexto, busca manter práticas de gestão alinhadas à transparência, à inclusão e à observância de critérios objetivos na condução de suas atividades e relações internas, contribuindo para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores.

Em observância ao disposto no artigo 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta informações relativas à composição de seu quadro de colaboradores, incluindo dados sobre a participação de homens e mulheres nos diferentes níveis de cargos da Companhia.

A divulgação dessas informações tem por objetivo conferir transparência quanto à representatividade de gênero na Companhia e permitir o acompanhamento da composição do seu time de colaboradores, em conformidade com as exigências legais aplicáveis.

As tabelas abaixo apresentam: (i) a quantidade e a proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da Companhia; (ii) a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia; e (iii) o demonstrativo da remuneração base e total, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia.

Tabela I – Quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico da Companhia

2025			2024		Var. p.p. s/2024
Nível Hierárquico	Quantidade	Percentual de Mulheres	Quantidade	Percentual de Mulheres	Percentual de Mulheres na Função
Gerente	6	9,80%	4	9,80%	50,00%
Média Liderança	22	11,10%	16	14,00%	37,50%
Equipe	165	19,70%	136	21,20%	21,30%
Total	193	17,60%	159	19,50%	23,70%

Tabela II - Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração da Companhia

2025			2024		Var. p.p. s/2024
Nível Hierárquico	Quantidade	Percentual de Mulheres	Quantidade	Percentual de Mulheres	Percentual de Mulheres na Função
Diretoria	0	0%	0	0%	0%
Conselho de Administração	1	12,50%	1	12,50%	0%
Total	1	8,30%	1	9,10%	0%

Tabela III - Remuneração base e remuneração total por gênero

Nível Hierárquico	2025		2024	
	Proporção Salário Base Mulher/Homem	Proporção Remuneração Total Mulher/Homem	Proporção Salário Base Mulher/Homem	Proporção Remuneração Total Mulher/Homem
Gerente	119,00%	96,20%	107,00%	121,00%
Média Liderança	112,90%	160,20%	129,30%	123,30%
Equipe	110,40%	131,00%	123,50%	126,30%
Diretoria	0%	0%	0%	0%
Conselho de Administração	100%	100,00%	100,00%	100,00%
Total	112,10%	109,20%	111,40%	120,90%

(1) A Companhia esclarece que para definição das informações imputadas na linha “Gerente” foram considerados colaboradores que ocupam os cargos de “Gerente” e “Gerente Executivo” dentro da estrutura organizacional da Companhia.

(2) A Companhia esclarece que para definição das informações imputadas na linha “Média Liderança” foram considerados colaboradores que ocupam os cargos de “Coordenador”, “Supervisor” e “Superintendente” dentro da estrutura organizacional da Companhia.

(3) A Companhia esclarece que para definição das informações imputadas na linha “Equipe” foram considerados colaboradores que ocupam os cargos de “Especialista”, “Analista”, “Técnicos” e “Operadores” dentro da estrutura organizacional da Companhia.

(*) Nota Explicativa 1: Para fins de apuração das informações divulgadas acima, foram considerados todos os colaboradores da Companhia que, nas datas-base de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, conforme aplicável, mantinham vínculo com a Companhia, incluindo aqueles que não eram elegíveis ao recebimento de bônus no respectivo exercício.

(*) Nota Explicativa 2: As informações remuneratórias acima, apresentadas de forma objetiva nos moldes exigidos pela Lei nº 15.177/2025, não comparam, necessariamente, mulheres e homens que exerçam trabalho de igual valor ou desempenhem a mesma função. Tampouco consideram fatores relevantes para a composição salarial, tais como área de atuação, grau de responsabilidade de cada posição, nível de expertise, desempenho, tempo de empresa, tempo no cargo ou outras particularidades que, conforme a legislação vigente, podem justificar diferenças remuneratórias lícitas entre empregados, independentemente do gênero.

No que se refere às informações sobre a proporção de mulheres no quadro de profissionais, e especialmente em cargos de administração, observa-se que os indicadores da Companhia vêm demonstrando evolução ao longo dos anos, refletindo o compromisso institucional de ampliar a presença feminina em todos os níveis hierárquicos, sem distinção.

Dessa forma, os indicadores apresentados não devem ser analisados de maneira isolada, mas sim em conjunto com as práticas adotadas pela Companhia para a promoção da diversidade, equidade e inclusão, dentre as quais se destaca o Programa Engrena, uma parceria entre a PRIO e o Instituto Reação, que oferece curso técnico completo em Eletroeletrônica, exclusivo para mulheres em situação de vulnerabilidade, construído em parceria com SESI, SENAI, programa Vira Vida e o Escritório de Carreiras. Por meio do Programa Engrena, a PRIO apoia diretamente a formação de novos talentos para o setor de óleo e gás por meio de cursos profissionalizantes que ampliam horizontes, reduzem desigualdades e impulsionam carreiras.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua divulgação.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.

Parecer do Conselho de Fiscal

O Conselho Fiscal da PRIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representante da administração da Companhia e no parecer, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, recomendando sua aprovação.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.

Parecer do Comitê de Auditoria

Em reunião no dia 06 de março de 2026, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da PRIO S.A. (“PRIO” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, a versão final do Relatório da Administração da Companhia, bem como a proposta de destinação do respectivo resultado, todos com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as informações prestadas pelo representante da administração da PRIO, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, favoravelmente a tais documentos, atestando que os mesmos se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

O presente relatório tem como objetivo registrar as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria no exercício social de 2025, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, com destaque para as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, em cumprimento ao disposto no artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado, nos artigos 31-D, inciso VI e 31-E da Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM nº 23/2021”) e no artigo 21 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

No período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente em 9 (nove) ocasiões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 5 (cinco) reuniões extraordinárias. Dentre os assuntos discutidos destacam-se os seguintes temas:

Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculantes, devendo ser acompanhadas pela respectiva análise que as suporte.

Principais temas discutidos pelo Comitê de Auditoria entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025:

Na primeira Reunião do Comitê de Auditoria, que teve início no dia 28 de fevereiro de 2025, foi suspensa na mesma data, e retomada no dia 31 de março de 2025, o Coordenador do Comitê deu início aos trabalhos com a leitura das minutas dos relatórios circunstanciado e resumido, discorrendo a respeito das atividades desempenhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2024, os principais temas discutidos nas reuniões, bem como as respectivas conclusões e recomendações, nos termos do artigo 31-E da Resolução CVM nº 23/2021, tendo os membros do Comitê deliberado pela sua aprovação, autorizando a sua divulgação na forma da regulamentação aplicável. Na mesma ocasião, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia apresentou (i) o relatório de atividades realizadas no exercício social de 2024 pela área de Auditoria Interna, acompanhado das conclusões obtidas com base nas auditorias realizadas no âmbito do Plano Anual de Auditoria no período em referência; e (ii) a proposta de Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício social de 2025, tendo o Comitê de Auditoria avaliado como satisfatórias as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna no exercício social de 2024 e deliberado recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao ano de 2025. Ao final, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou os destaques financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, tendo os membros do Comitê deliberado emitir parecer favorável às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, à versão final do Relatório da Administração da Companhia, bem como à proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social em referência.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 09 de abril de 2025, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou aos membros do Comitê os principais aspectos da proposta submetida pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa independente para a Companhia e suas subsidiárias, tendo o Comitê deliberado opinar favoravelmente à contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa independente, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes SS Ltda., com início de suas atividades a partir da revisão das Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2025.

Adicionalmente, foi consignada a existência de contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a KPMG Auditores Independentes Ltda. relativos à asseguarção limitada do inventário de emissão de gases estufa da Companhia referente ao exercício social de 2024, celebrado anteriormente à contratação desta como auditor externo da PRIO. Após a discussão das informações, o Comitê entendeu que a manutenção da prestação dos referidos serviços (i) não teria o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada; e (ii) não teria o potencial de comprometer a objetividade e a independência na prestação dos serviços de auditoria externa, pelo que deliberaram opinar pela conveniência da sua manutenção.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 05 de maio de 2025, o Diretor Financeiro da Companhia apresentou os destaques financeiros do primeiro trimestre do exercício social de 2025, tendo os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., auditores externos da Companhia, exibido os principais aspectos de revisão das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2025 e apontado os principais assuntos examinados no período. Após discussão das informações, o Comitê deliberou emitir parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 04 de julho de 2025, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia discorreu sobre informações das atividades desempenhadas pela área no âmbito do plano anual de trabalho referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, com destaque para os principais aspectos da auditoria realizada nos contratos para fornecimento de serviços e materiais celebrado com fornecedor da Companhia. Após esclarecimentos e discussão sobre o tema, os membros do Comitê agradeceram as informações que lhes foram fornecidas e consideraram satisfatória a condução dos trabalhos de auditoria interna.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 31 de julho de 2025, o Diretor Financeiro da Companhia deu início aos trabalhos apresentando os destaques financeiros do segundo trimestre do exercício social de 2025. Ao tomar parte da reunião, os representantes da auditoria externa exibiram o escopo e o alcance dos trabalhos de revisão do trimestre, com destaque para os principais assuntos examinados, e registraram que os trabalhos foram conduzidos dentro da normalidade, sem a identificação de inconsistências materiais, deficiências de controles internos, transações atípicas com partes relacionadas ou restrições ao escopo dos trabalhos. Após os esclarecimentos prestados, os Srs. membros do Comitê deliberaram pela emissão de parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 29 de setembro de 2025, o Compliance Officer da Companhia apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Gerência de Compliance no âmbito do Programa de Integridade da PRIO ao longo do exercício social de 2025, com destaque para os trabalhos conduzidos nos eixos de cultura, estrutura de governança e compliance, incluindo (i) análise de riscos relacionados a direitos humanos, conformidade, conflitos de interesse e anticorrupção; (ii) realização de treinamentos sobre temas de integridade; (iii) revisão de processos internos vinculados à gestão de consequências e ao gerenciamento de riscos, em conformidade com a NR-1; e (iv) reformulação do Canal de Integridade e do processo de apuração de denúncias, tendo registrado que não houve denúncias relacionadas ao escopo do Comitê. Encerrada a apresentação, os Srs. membros do Comitê agradeceram as informações que lhes foram fornecidas e avaliaram como satisfatória a condução dos trabalhos desempenhados na Gerência de Compliance.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 27 de outubro de 2025, o Coordenador do Comitê apresentou os principais aspectos de proposta de contratação de serviços não relacionados à auditoria independente a serem prestados pela KPMG LLP, sociedade integrante da mesma organização da KPMG Auditores Independentes Ltda. Após análise e discussão da matéria, os membros do Comitê concluíram que a contratação dos serviços propostos (i) não tem o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da Companhia; e (ii) não compromete a objetividade e independência na prestação dos serviços dos auditores externos, tendo opinado pela conveniência da contratação dos serviços em referência.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 31 de outubro de 2025, o Coordenador do Comitê exibiu as principais informações relativas à proposta de contratação de serviços a serem prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. relativos à asseguaração limitada do inventário de emissões de gases efeito estufa da Companhia referente ao exercício social de 2025. Após análise e discussão da matéria, os membros do Comitê concluíram que a contratação dos serviços propostos (i) não tem o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da Companhia; e (ii) não compromete a objetividade e independência na prestação dos serviços dos auditores externos, tendo opinado pela conveniência da contratação dos serviços em referência.

Na mesma oportunidade, a Diretoria Financeira da Companhia, apresentou os destaques financeiros do terceiro trimestre do exercício social de 2025, tendo os auditores independentes da Companhia exibido material com os principais assuntos examinados no período e os respectivos resultados decorrentes da revisão das informações trimestrais em questão. Ao final, os Srs. membros do Comitê deliberaram emitir parecer favorável às Informações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 17 de dezembro de 2025, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia discorreu sobre (i) as atividades desempenhadas pela Gerência de Auditoria Interna no exercício social de 2025 no âmbito do Plano Anual de Auditoria, com destaque para as principais conclusões obtidas nas auditorias realizadas no período; e (ii) as melhorias nos processos conduzidos pela área, tendo exposto breve resumo a respeito da execução do plano de atividades relativo ao exercício de 2025, os treinamentos realizados pelos integrantes da Gerência de Auditoria Interna e os prêmios e reconhecimentos recebidos, pelo que os membros do Comitê se declararam satisfeitos com as informações fornecidas.

Na sequência, a Gerência Tributária e Fiscal tomou parte da reunião e apresentou os destaques da Reforma Tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, da Lei Complementar nº 214/2025 e da Lei nº

15.270/2025, com ênfase para os impactos previstos nas operações da Companhia, o cronograma de implementação do novo sistema de tributação e as medidas de adequação em curso, incluindo ajustes sistêmicos para atendimento ao Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Reforma Tributária.

Ao final, o Coordenador do Comitê apresentou os termos da proposta de orçamento anual do Comitê para o exercício social de 2026, a ser submetida ao Conselho de Administração e incorporada à proposta de orçamento anual da Companhia para o referido exercício, tendo os Srs. membros do Comitê deliberado aprovar a proposta em questão.

Composição do Conselho de Administração

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure

Presidente

Emiliano Fernandes Lourenço Gomes

Felipe Bueno da Silva

Felipe Villela Dias

Flávio Vianna Ulhôa Canto

Gustavo Rocha Gattass

Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo

Roberto Bernardes Monteiro

Composição do Conselho Fiscal

Titulares

Elias de Matos Brito

Gilberto Braga

Marco Antônio Peixoto Simões Velozo

Suplentes

Ronaldo dos Santos Machado

Cícero Ivan do Vale

Anderson Mascouto Peixoto

Composição da Diretoria Executiva

Roberto Bernardes Monteiro

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Milton Salgado Rangel Neto

Diretor Financeiro

Francisco Francilmar Fernandes

Diretor de Operações

Contador

Rafael Gonçalves Sierra

CRC / RJ 095205/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Prio S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prio S.A. (Companhia) e suas controladas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Prio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Avaliação da estimativa de provisão para abandono de instalações

Conforme Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Como resultado das suas operações, a Companhia reconhece provisões relacionadas com sua obrigação de remover equipamentos e restaurar as áreas onde a Companhia operou. Quando ocorre o encerramento da respectiva produção de petróleo e gás natural, comumente conhecidas como provisão para abandono. A estimativa da Companhia para a provisão de abandono de instalações inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como seus custos estimados e o prazo para este abandono. Consideramos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e às incertezas relacionadas, em especial os custos estimados de abandono, o prazo, e a taxa de desconto utilizadas para o registro da provisão de acordo com as normas contábeis aplicáveis.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para abandono de instalações, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas chave que compreendem os custos estimados de abandono, prazo do mesmo, e a taxa aplicada; – Com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de infraestrutura, foi realizada a análise do método utilizado para definir a extensão do trabalho de abandono para determinação dos custos estimados baseado nas práticas relevantes da indústria, bem como a avaliação dos custos estimados desta extensão do abandono por meio de comparação, em base amostral, de determinados custos de abandonos de poços com dados de mercado obtidos de fontes externas ou contratos similares já existentes; – Com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, foi realizada a análise das premissas econômicas utilizadas na determinação da taxa de desconto comparando as mesmas com informações externas de mercado; – Avaliação dos prazos de abandono usados pela Companhia por meio da análise dos seguintes itens para cada área de abandono: data limite da concessão existente, suas curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa comparando-as com os volumes de reservas de petróleo e gás

	natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia; – Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás, e dos especialistas utilizados para avaliação dos custos de abandono estimados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para abandono de instalações é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	--

2 – Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Conforme Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativo constituído por diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados como recuperáveis com base na projeção e probabilidade de lucros tributáveis futuros. A estimativa da Companhia sobre a projeção de lucros tributáveis futuros dependem de certas premissas futuras relevantes como: preço futuro do petróleo (<i>Brent</i>), gastos capitalizáveis (“CAPEX”), gastos operacionais (“OPEX”) e, as estimativas de volumes das reservas de petróleo e gás. Consideramos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e às incertezas relacionadas as projeções de resultado tributável futuro, considerando que pequenas alterações em tais premissas poderiam causar um impacto relevante na estimativa do imposto de renda e contribuição social diferido ativo.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Teste de desenho e implementação de certos controles internos associados a preparação, revisão e aprovação das projeções de resultado tributável futuro utilizados para o registro do imposto de renda e contribuição social diferido; – Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, foi realizada a avaliação do preço futuro do petróleo e gás natural utilizados no teste de projeções de resultado tributável futuro, comparando-os com dados externos de mercado; – Avaliação do CAPEX e o OPEX utilizados nas projeções de fluxos de caixa comparando os mesmos com os orçamentos da Companhia, e dados históricos; – Avaliação dos volumes das reservas de petróleo e gás utilizados nas projeções de fluxos de caixa comparando os mesmos com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia, além de dados históricos de produção;

	– Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 12 de março de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho da auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas..

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.466	10.351	3.398.291	3.993.359
Contas a receber	4	-	-	1.690.100	931.770
Estoque de óleo		-	-	959.031	502.841
Estoque de consumíveis		-	-	2.150.909	701.903
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5	2.304	2.107	326.219	725.692
Tributos a recuperar	5	94	-	621.791	477.772
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	396.090	584.337
Despesas antecipadas		8	9	29.481	32.832
Outros créditos		-	-	1.353	2.066
Total do ativo circulante		7.872	12.467	9.573.265	7.952.572
Realizável a longo prazo					
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	498	881
Depósitos e cauções	30	-	-	189.277	171.082
Tributos a recuperar	5	-	-	113.949	185.260
Tributos e contribuições sociais diferidos	16	20.005	28.940	8.121.172	5.636.399
Partes relacionadas	21	18.572	17.970	-	-
		38.577	46.910	8.424.896	5.993.622
Investimentos	7	26.288.882	26.541.494	-	-
Direito de Uso	15	-	-	610.400	2.421.249
Imobilizado	8	121	163	30.532.404	22.876.260
Intangível	9	-	-	15.038.640	16.502.462
Total do ativo não circulante		26.327.580	26.588.567	54.606.340	47.793.593
Total do ativo		26.335.452	26.601.034	64.179.605	55.746.165

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	2.781	1.382	2.350.166	757.596
Obrigações trabalhistas	11	103.461	8.935	496.056	252.270
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	12	-	-	99.999	502.772
Tributos e contribuições sociais a pagar	12	354	167	301.874	327.513
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.253.614	116.157
Debêntures locais	14	-	-	220.444	133.066
Instrumentos financeiros	29	-	-	1.012	-
Arrendamentos	15	-	-	299.266	329.670
Adiantamentos de parceiros	18	-	-	240.064	191.816
Contas a pagar earn out Albacora Leste		-	-	-	1.077.584
		106.596	10.484	5.262.495	3.688.444
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	15.914.006	11.819.920
Marcação a mercado dos swaps das debêntures e empréstimos	13 e 14	-	-	682.615	1.483.243
Debêntures locais	14	-	-	9.722.753	6.332.805
Provisão para abandono de instalações	17	-	-	5.447.438	3.387.766
Provisão para contingências	30	2.431	400	758.162	758.036
Tributos e contribuições sociais diferidos	16	-	-	94.113	-
Empréstimos com partes relacionadas	21	446.361	665.775	-	-
Arrendamentos	15	-	-	345.588	2.218.816
Outras obrigações		183	183	172.554	132.943
		448.975	666.358	33.137.229	26.133.529
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	20	15.510.382	10.611.387	15.510.382	10.611.387
Reservas de capital		(1.388.256)	(1.016.199)	(1.388.256)	(1.016.199)
Reservas de lucros		11.354.826	13.903.347	11.354.826	13.903.347
Ajuste acumulado de conversão		753.455	3.908.900	753.455	3.908.900
Ajuste de avaliação patrimonial	14	(450.526)	(1.483.243)	(450.526)	(1.483.243)
		25.779.881	25.924.192	25.779.881	25.924.192
Total do passivo e patrimônio líquido		26.335.452	26.601.034	64.179.605	55.746.165

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	-	-	15.583.960	14.360.653
Custos dos produtos vendidos	23	-	-	(12.469.053)	(7.085.876)
Resultado bruto		-	-	3.114.907	7.274.777
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de geologia e geofísica		-	-	(11.014)	(46.868)
Despesas gerais e administrativas	24	(20.261)	(61.231)	(802.703)	(556.305)
Resultado de equivalência patrimonial	7	2.377.731	10.300.713	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	373	(543)	(491.868)	273.857
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.357.843	10.238.939	1.809.322	6.945.461
Receitas financeiras	26	752	956	359.744	865.730
Despesas financeiras	26	(63.855)	(51.218)	(2.267.761)	(1.576.425)
Variações cambiais, líquidas	26	(36.238)	93.957	(133.918)	126.353
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.258.502	10.282.634	(232.613)	6.361.119
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	-	-	(419.518)	(567.521)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	(7.023)	18.972	2.903.610	4.508.008
Lucro do exercício		2.251.479	10.301.606	2.251.479	10.301.606
<i>Resultado por ação básico e diluído</i>					
Básico	20.3	2,772	12,346	2,772	12,346
Diluído	20.3	2,770	12,293	2,770	12,293

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultados do exercício	2.251.479	10.301.606
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:		
Marcação a mercado dos swaps das debêntures e empréstimos	800.628	(1.563.527)
(-) Impostos diferidos sobre a marcação a mercado dos swaps	232.089	531.599
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	(3.155.445)	4.093.560
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(2.122.728)	3.061.632
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	128.751	13.363.238

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R\$)

	Reserva de capital			Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Consolidado
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria					
Saldos em 1º de janeiro de 2024	5.352.792	373.968	(545.845)	8.801.741	(184.660)	80.284	-	13.878.280
Integralização de capital	5.258.595	-	-	(5.200.000)	-	-	-	58.595
Opção de ações outorgada	-	70.870	-	-	-	-	-	70.870
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	-	-	-	-	4.093.560	-	-	4.093.560
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(1.563.527)	-	(1.563.527)
Ações em Tesouraria	-	-	(111.458)	-	-	-	-	(111.458)
Ações em Tesouraria – efeito reflexo de subsidiária	-	-	(833.619)	-	-	-	-	(833.619)
Lucro na venda de ações em tesouraria	-	29.885	-	-	-	-	-	29.885
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.301.606	10.301.606
Reserva legal	-	-	-	515.080	-	-	(515.080)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	98	-	-	(98)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	9.786.428	-	-	(9.786.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.611.387	474.723	(1.490.922)	13.903.347	3.908.900	(1.483.243)	-	25.924.192
Integralização de capital	4.898.995	-	-	(4.800.000)	-	-	-	98.995
Opção de ações outorgada	-	70.762	-	-	-	-	-	70.762
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	-	-	-	-	(3.155.445)	-	-	(3.155.445)
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	1.032.717	-	1.032.717
Cancelamento de ações em Tesouraria	-	(28.130)	28.130	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria – efeito reflexo de subsidiária	-	-	(442.819)	-	-	-	-	(442.819)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.251.479	2.251.479
Reserva legal	-	-	-	112.574	-	-	(112.574)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	21	-	-	(21)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	2.138.884	-	-	(2.138.884)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.510.382	517.355	(1.905.611)	11.354.826	753.455	(450.526)	-	25.779.881

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício (antes de impostos)	2.258.502	10.282.634	(232.613)	6.361.119
Depreciação e amortização	24	112	5.855.918	2.494.296
Resultado financeiro	99.043	(47.366)	1.926.770	975.760
Remuneração com base em plano de ações	70.762	70.870	70.762	70.870
Resultado de equivalência patrimonial	(2.377.731)	(10.300.713)	-	-
Provisão para contingências/perdas/P&D	1.986	101	(41.689)	(90.512)
Contratos de arrendamento/ Alteração da provisão de abandono	-	-	(178.745)	(68.409)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	(58.412)
	52.586	5.638	7.400.403	9.684.712
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	(872.444)	1.321.427
Tributos a recuperar	142	(661)	343.269	(330.100)
Despesas antecipadas	82	74	(6.302)	(1.472)
Adiantamento a fornecedores	-	34	72.530	(484.764)
Estoque de óleo	-	-	211.160	(21.657)
Estoque de consumíveis	-	-	(300.785)	(304.582)
Partes relacionadas	19.694	203.648	-	-
Adiantamento a parceiros em operações de E&P	-	-	64.421	136.078
Depósito e cauções	-	-	937	(7.115)
Outros créditos	2	-	32.448	(226)
Aumento (redução) nos passivos	-	-	-	-
Fornecedores	625	17.040	1.719.209	220.982
Obrigações trabalhistas	94.711	7.094	261.252	49.856
Tributos e contribuições sociais	(302)	(10.838)	(794.885)	(672.365)
Partes relacionadas	(271.377)	(176.344)	-	-
Provisão para abandono	-	9	(4.511)	-
Outras obrigações	(43)	-	44.867	78.711
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	(103.880)	45.694	8.171.569	9.669.485
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Compra) venda de ativo imobilizado	-	-	(5.428.983)	(3.603.021)
(Compra) venda de ativo intangível	-	-	-	(12.764)
(Aquisição) de ativos de óleo e gás	-	-	(11.766.046)	(11.198.500)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento	-	-	(17.195.029)	(14.814.285)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	-	-	10.444.688	7.048.364
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	-	(4.248.013)	(2.549.014)
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(569.515)	(469.038)
Pagamento de principal sobre arrendamento	-	-	(269.411)	(74.087)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(50.005)	(211.420)
Captação de debêntures	-	-	4.184.148	3.189.707
Juros pagos sobre debêntures	-	-	(301.069)	(235.949)
Operação com derivativos	-	-	26.302	18.699
(Redução) Integralização de capital	98.995	58.595	98.995	58.595
Recompra de ações em tesouraria	-	(111.458)	(442.819)	(945.077)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento	98.995	(52.863)	8.873.301	5.830.780
Ajuste de conversão	-	(728)	(444.909)	971.976
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.885)	(7.897)	(595.068)	1.657.956
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.351	18.248	3.993.359	2.335.403
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.466	10.351	3.398.291	3.993.359
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.885)	(7.897)	(595.068)	1.657.956

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
(Informação suplementar para fins de IFRS)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita de contratos com clientes	-	-	15.583.960	14.360.653
	-	-	15.583.960	14.360.653
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(9.129)	(7.398)	(132.619)	(137.231)
Despesas com geologia e geofísica	-	-	(11.014)	(46.868)
Custos dos serviços	-	-	(5.283.699)	(3.465.182)
Valor adicionado bruto	(9.129)	(7.398)	10.156.628	10.711.372
Depreciação e amortização	(24)	(112)	(5.802.757)	(2.494.296)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(9.153)	(7.510)	4.353.871	8.217.076
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	55.861	233.396	7.553.345	7.776.853
Resultado de equivalência patrimonial	2.377.731	10.300.713	-	-
Impostos diferidos	(7.023)	18.972	2.903.610	4.508.008
Outras receitas	1.834	2	203.816	273.857
Valor adicionado total a distribuir	2.419.250	10.545.573	15.014.642	20.775.794
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	8.213	49.406	400.861	224.535
Remuneração Direta	7.728	48.470	381.005	202.538
Benefícios	435	412	16.719	20.140
FGTS	50	524	3.137	1.857
Impostos, taxas e contribuições	2.238	3.897	432.149	599.195
Federais	1.996	3.535	422.618	593.676
Estaduais	-	-	5.929	1.870
Municipais	242	362	3.602	3.649
Remuneração de capitais de terceiros	157.320	190.664	11.930.153	9.650.458
Juros (Despesa financeira)	155.202	189.701	9.595.280	8.361.195
Aluguéis	-	-	211.159	41.464
Outras (royalties, outras despesas)	2.118	963	2.123.714	1.247.799
Remuneração de capitais próprios	2.251.479	10.301.606	2.251.479	10.301.606
Lucro do exercício	2.251.479	10.301.606	2.251.479	10.301.606

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Prio S.A. (“Prio” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de julho de 2009. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como principal objetivo a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país e no exterior, com foco na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo e gás natural.

Para efeitos deste relatório, a Prio S.A e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, “Companhia” ou “Grupo”, respectivamente.

Suas atividades relevantes são realizadas através das controladas Prio Forte S.A. (“Forte”), Prio Bravo Ltda. (“Bravo”) e Prio Tigris Ltda. (“Tigris”), voltadas para a produção de óleo e gás natural, operando nas seguintes Bacias e Campos:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	%	Status	Fase
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo e Forte	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Frade	Frade	Bravo e Forte	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Forte	90%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	80%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	80%	Não operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Forte	64%	Operador	Desenvolvimento
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Forte	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-254	-	Forte	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-539	Pirapema	Forte	100%	Operador	Exploração

(*) Os contratos de concessão dos blocos na Foz do Amazonas estão suspensos desde 2023 após solicitação da Prio devido ao atraso no licenciamento da região.

Campo de Polvo

A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Polvo, adquirido da BP Energy do Brasil Ltda. (“BP”) – 60% em 2014 e da Maersk Energia Ltda. (“Maersk”) – 40% em 2015.

O Campo de Polvo está localizado na porção sul da Bacia de Campos (offshore), a 100 km (*) a leste da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 134 km² (*).

Tubarão Martelo (“TBMT”) e Prio Forte S.A. (“Forte”)

A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Tubarão Martelo adquirido da Dommo Energia S.A. – 80% em 2020 e 20% em 2023.

O Campo de Tubarão Martelo está situado no sul da Bacia de Campos, a cerca de 86 quilômetros (*) da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 32 km² (*).

FPSO Bravo e conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo

O FPSO Bravo (Floating, Production, Storage and Offloading – FPSO), adquirido em 2020, opera nos Campos de Tubarão Martelo e Polvo, através da interligação (“tieback”) com a Plataforma Fixa Polvo A, concluída em 14 de julho de 2021.

Campo de Frade

A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Frade adquirido em 2019 (70%) e em 2021 (30%).

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Campo de Frade está localizado na parte norte da Bacia de Campos, a cerca de 120 quilômetros (*) da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 154 km² (*).

Campo de Albacora Leste

A Companhia é operadora e detentora de 90% do contrato de concessão do Campo de Albacora Leste adquirido da Petróleo Brasileiro S.A. em 2023, tendo como parceiro detentor dos 10% restantes a Repsol Sinopec Brasil.

Albacora Leste fica localizado em lâmina d'água de 1.340 metros (*), no norte da Bacia de Campos. A licença cobre uma área de aproximadamente 511 km² (*).

Campo de Wahoo e Campo de Itaipu

Em 19 de novembro de 2020 foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35,7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Em 17 de junho de 2021 a ANP – Agência Nacional de Petróleo aprovou a transferência dos ativos, e em 1 de julho de 2021, ocorreu a assinatura do certificado de conclusão da operação de aquisição, com a Prio se tornando a operadora de ambos os campos de pré-sal e incrementando em aproximadamente 132 milhões de barris em reservas provadas (*).

Adicionalmente, em 04 de março de 2021, a Companhia assinou contrato com a Total E&P do Brasil Ltda., para a aquisição da participação de 28,6% adicionais em Wahoo, cuja aprovação pela ANP se deu em 08 de julho de 2021. Posteriormente, em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou também com a Total E&P do Brasil Ltda. a aquisição dos 40% restantes do Campo de Itaipu, aprovados pela ANP em 23 de março de 2023. A participação da Prio na concessão é de 64,3%, sendo a participação restante de 35,7% da IBV Brasil Petróleo Ltda. ("IBV").

No dia 11 de abril de 2024, a Câmara de Comércio Internacional ("ICC") proferiu a decisão final ("Decisão Arbitral") no processo arbitral relacionado à concessão BM-C-30 ("Wahoo") impetrado pela IBV contra a Companhia em função da declaração de operação exclusiva de Wahoo por parte da Prio. A ICC decidiu em favor da PRIO, não reconhecendo violações contratuais da Companhia ou suas subsidiárias. Assim, a Companhia vai continuar a executar o projeto de Wahoo individualmente, e consequentemente 100% da produção dos poços incluídos nessa campanha serão da Prio.

A Decisão Arbitral rejeitou a totalidade dos pedidos feitos pelos autores, determinando que os autores reembolsem a Companhia de todos os custos relacionados à arbitragem e honorários.

No dia 24 de abril de 2024, a Companhia recebeu o montante de R\$ 40.567 (US\$ 7.859 mil) a título de reembolso dos custos de arbitragem da IBV.

Com o desenvolvimento de Wahoo, previsto para concluir no primeiro semestre de 2026, a Companhia formará mais um cluster de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO).

No dia 28 de fevereiro de 2025, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("Ibama") a Licença de Perfuração para o Campo de Wahoo e em 15 de setembro de 2025 a Licença de Instalação do sistema de desenvolvimento da produção do campo de Wahoo e interligação dos poços ao FPSO de Frade.

Campo de Peregrino e Pitangola

No dia 27 de setembro de 2024, a Prio Luxembourg Holding Sarl ("Lux Holding"), controlada indireta da PRIO S.A., assinou Contrato de Compra e Venda com a SPEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil (Hong Kong) Company Limited ("Sinochem") para a aquisição da empresa Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.), que detém indiretamente,



Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

através da controlada Prio Tigris Ltda. (anteriormente denominada Sinochem Petróleo Brasil Ltda.) participação de 40% nos Campos de Peregrino e Pitangola ("Peregrino").

No dia 1 de maio de 2025, a Companhia assinou contrato com a Equinor Brasil Energia Ltda. ("Equinor") para a aquisição de participação total de 60% e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola. Assim, o campo de Peregrino passará a ser detido e operado integralmente pela Prio.

A transação tem o valor base de US\$ 3.350 milhões (equivalentes a R\$ 19.236.370), sendo US\$ 2.233 milhões referentes à 40% e o restante, US\$ 1.117 milhões, referentes à 20%. Os pagamentos devidos na conclusão das aquisições estarão sujeitos aos ajustes até o fechamento da transação (contados a partir de 1º de janeiro de 2024), como o resultado do ativo e juros, conforme transações similares.

Em agosto de 2025, a ANP decidiu pela interdição do FPSO Peregrino, operado pela Equinor, apontando melhorias na documentação de gestão e análise de risco, além de adequações no sistema de dilúvio. A produção foi retomada em 17 de outubro de 2025.

Em 11 de novembro de 2025 foi concluída a aquisição de 40% do Campo e a transferência da operação com um pagamento adicional de US\$ 1.539 milhões (equivalentes a R\$ 8.116.903) após ajuste de preço. Os 20% adicionais devem ser concluídos até o final de 2026 e estão sujeitos às condições precedentes para este tipo de operação, como aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

Peregrino está localizado a 85 quilômetros (*) da costa, na Bacia de Campos, nos blocos BM-C-7 e BM-C-47 e a 28 quilômetros do Cluster Polvo e Tubarão Martelo. A licença cobre uma área de aproximadamente 534 km² (*).

(*) Informação não auditada pelo auditor independente.

2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A sua apresentação é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão refletidos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Empresas consolidadas integralmente	Referência	Situação	Participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Prio Comercializadora Ltda.	"PrioOG"	Trading	100,00%	-	100,00%	-
Prio Energia Ltda.	"PrioEnergia"	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio Internacional Ltda.	"PrioIntl"	Holding	0,57%	99,43%	0,57%	99,43%
Prio Luxembourg Holding Sarl	"Lux Holding"	Trading	-	100,00%	-	100,00%
HRT Walvis Petroleum (Pty) Ltd.	"Walvis"	Em liquidação (*)	-	100,00%	-	100,00%
Kunene Energy (Pty) Ltd.	"Kunene"	Em liquidação (*)	-	100,00%	-	100,00%
Orange Petroleum Ltd.	"Orange"	Em liquidação (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio Forte S.A.	"Forte"	Produção	-	100,00%	-	100,00%
Prio Coral Exploração Petrolífera Ltda.	"Coral"	Incorporada (****)	-	-	-	100,00%
Prio Bravo Ltda.	"Bravo"	Produção	-	100,00%	-	100,00%
Petro Rio Jaguar Petróleo S.A.	"Jaguar"	Incorporada (**)	-	-	-	100,00%
Prio O&G International GmbH	"PrioOGIntl"	Holding	-	100,00%	-	100,00%
Prio O&G Trading & Shipping GmbH	"PrioAustria"	Trading	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands Holding BV	"Ned Holding"	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands BV	"PrioNed"	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio North America LLC	"PrioNorthAmerica"	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio GOM LLC	"PrioGOM"	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A.	"Stellina"	Liquidada (*****)	-	-	-	100,00%
Prio Contina B.V.	"Contina"	Incorporada (***)	-	-	-	100,00%
Prio Tigris Ltda.	"Tigris"	Produção	-	100,00%	-	100,00%

(*) Não apresenta movimentação.

(**) Incorporada pela Prio Forte em janeiro de 2025, conforme divulgado no contexto operacional.

(***) Incorporada pela Lux Holding em abril de 2025.

(****) Incorporada pela Prio Forte em abril de 2025.

(*****) Liquidada em dezembro de 2025.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda de apresentação

Em atendimento à legislação brasileira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, a partir das informações consolidadas preparadas na moeda funcional da Companhia, o dólar norte-americano, conforme destacado:

- Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento);
- Demonstrações do resultado, resultado abrangente, fluxo de caixa e valor adicionado são convertidas pela taxa média de câmbio do período em que as operações ocorreram (taxa média); e
- Patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de “Ajustes acumulados de conversão”.

Moeda Funcional

A Administração da Companhia monitora os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

A Companhia e todas as suas controladas tem como moeda funcional o dólar norte-americano, uma vez que esta moeda é a mais significativa em todas as transações, eventos e condições subjacentes.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Contas a receber de terceiros

As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás e na prestação de serviços, fornecidos no curso normal das atividades das controladas da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos.

A Administração avalia que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo. Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito significativo. Dessa forma a constituição de provisão para devedores duvidosos seria imaterial

Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de recebimento das contas a receber de terceiros é de 30 dias da conclusão da venda.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Estoque de óleo

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

2.8 Estoque de consumíveis

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição. Quando utilizados os materiais são transferidos para o custo de produção.

2.9 Combinação de negócios, ágio e compra vantajosa

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.10 Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

2.10.1 - Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação, sendo representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, plataforma fixa e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.10.2 – Intangível: Direitos de concessão exploratória, bônus de assinatura e outros gastos com aquisição de concessões durante a fase exploratória são registrados como ativo intangível, pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e ajustados ao seu valor de recuperação, quando aplicável.

2.10.3 - Esforços bem-sucedidos: Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

2.10.4 - Gastos com abandono: Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo são registrados como ativo em contrapartida de uma provisão no passivo.

2.10.5 - Depreciação: Os gastos capitalizados oriundos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, bem como os FPSOs e equipamentos submarinos, são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production).

Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota de imobilizado, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais.

2.11 Gastos associados ao Join Operating Agreement (JOA)

2.11.1 – Operador - A Companhia, como operadora, é responsável por contratar e pagar todos os fornecedores desta concessão.

Mensalmente os desembolsos projetados para o mês subsequente são estimados e cobrados dos parceiros através da figura de *cash calls*, e a comprovação de gastos é realizada através dos *billing statements*.

Portanto, as faturas recebidas pela Companhia contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos, mas a apresentação nos demonstrativos de resultado/custo da empresa reflete apenas a sua participação.

2.11.2 – Não operador – Na posição de não operadora, a Companhia, paga os *cash calls* conforme estimativa e recebe os *billings statements* com a comprovação de gastos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia avalia todos os contratos de arrendamento, que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16, e desconsidera arrendamentos de curto prazo com 12 meses ou menos de prazo, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a tais contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, limitado à data do término da contrato.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia existentes nas datas de novos contratos ou em caso de alteração de prazo de contratos existentes.

2.13 Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01, a Administração revisa trimestralmente o valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível, ativo por direito de uso e outros ativos circulantes e não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Para ativos com vida útil definida, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registros de perda por redução a valor recuperável do ativo não financeiro de longo prazo nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Não há registros de redução a valor recuperável do ágio nos exercícios de 2025 e 2024.

O Grupo determina o Campo, ou o cluster formado por mais de um campo, como menor unidade geradora de caixa.

2.14 Tributos sobre o lucro

2.14.1 – Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.2 – Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

2.14.3 – ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

A ICPC 22 esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explanações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas. A Companhia avaliou os efeitos e não há impactos relevantes para as suas demonstrações financeiras.

2.15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos os quais se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.15.2 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado: são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo (Nota Explicativa 2929), para proteção a exposição cambial e de taxa no contrato de debêntures não conversíveis (Nota Explicativa 14) e um empréstimo contratado em reais (Nota Explicativa 15). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício, exceto quando são designados como hedge de fluxo de caixa, onde a contabilização de ganhos e perdas é feito no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando são transferidas para o resultado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.18 Transações envolvendo pagamentos em ações

Os planos de remuneração baseados em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota Explicativa 20.2.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa com benefícios a empregados no resultado do exercício, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido ("plano de opção de ações"), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period).

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições e desempenho de mercado são refletidos no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos periodicamente. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida de ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital”.

2.19 Receita de contrato com cliente

Como empresa atuante no segmento de óleo e gás, a principal fonte de receita de vendas é proveniente das operações com vendas de petróleo para refinarias. O valor dessas operações é determinado com base nas cotações internacionais de petróleo. Isso inclui os preços do petróleo, considerando as particularidades da qualidade do petróleo transferido. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência do controle e dos seus benefícios e riscos inerentes a terceiros, sendo reconhecidos apenas se todas as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes tiverem sido cumpridas e puderem ser mensuradas com confiabilidade.

2.20 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos e determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão.

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

- Existência de indicativos para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando há indicativos para perda no valor recuperável de ativos não financeiros, uma avaliação sobre a perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é avaliado através do maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, quando aplicável. O valor recuperável utiliza premissas como taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa, recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- Transações com pagamentos baseados em ações

O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais mensurado na data da sua outorga através do modelo de precificação *Black-Scholes*, que considera entre suas premissas o valor da ação na data da outorga, prazos, volatilidade e o preço de compra definido pelos programas de opções.

- Tributos diferidos (probabilidade de lucro tributário futuro)

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

- Provisão para abandono de instalações

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e remoção de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, o Grupo leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta.

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As informações sobre premissas e estimativas na data da emissão do relatório que poderão resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 8 – Imobilizado, principalmente as informações que se referem a depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás.
- Nota Explicativa 9 - Intangível, principalmente as informações que se referem a amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás
- Nota Explicativa 15 - Operações de Arrendamento.
- Nota Explicativa 16 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.
- Nota Explicativa 17 – Provisão para abandono de instalações.
- Nota Explicativa 19 – Impairment.
- Nota Explicativa 20 - Patrimônio Líquido / Remuneração com base em plano de opções de compra de ações.
- Nota Explicativa 29 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.
- Nota Explicativa 30 - Contingências.

2.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação desta demonstração financeira.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão IFRS 18, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Não se espera que essa alteração tenha impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.22 CPC 23 – Políticas contábeis materiais, mudanças de estimativas e retificação de erro

2.22.1 - Mudança de estimativa contábil

Anualmente a Companhia revisa as projeções de reservas de óleo e gás nos Campos em produção através da certificadora internacional independente DeGolyer and MacNaughton (“D&M”).

A reavaliação com base em 31 de dezembro de 2025 apontou alterações nas reservas e consequentemente, alteração na base para a depreciação a partir de janeiro de 2026 sem alterações significativas nos Campos de Polvo, Tubarão Martelo, Frade e Albacora Leste. No Campo de Peregrino houve mudança na vida útil econômica das reservas provadas e desenvolvidas, passando de 2031 para 2034.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	94	102
Bancos	5.466	10.351	3.398.197	3.993.257
	<u>5.466</u>	<u>10.351</u>	<u>3.398.291</u>	<u>3.993.359</u>
Total em reais	4.735	6.458	711.573	1.407.304
Total em outras moedas	731	3.893	2.686.718	2.586.055

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo em instrumentos de alta liquidez no Brasil (compromissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

A Companhia mantém seus recursos nas seguintes instituições bancárias:

Instrumento	Exposição da Moeda	Emissor	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor em Reais	% Caixa	Valor em Reais	% Caixa
Time Deposit/Conta Remunerada	USD	Citi, BTG, Itaú, Santander, Safra	2.146.568	63,17%	2.583.460	64,70%
Fundo Cambial	USD	BTG	439.067	12,92%	850.371	21,30%
Conta Corrente	USD	Standard Bank, Millennium BCP	579	0,02%	657	0,01%
Time Deposit/Conta Remunerada	EUR	Citi	2.500	0,07%	1.826	0,05%
CDI/Compromissadas	BRL	Bradesco, Citi, Itaú, Santander	808.575	23,79%	535.981	13,42%
Conta Corrente	BRL	BB, BTG, CEF, Rendimento	908	0,03%	20.962	0,52%
			<u>3.398.197</u>	<u>100%</u>	<u>3.993.257</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a Receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BP (i)	542.451	-
Mercuria (ii)	288.670	-
Repsol (iii)	229.569	116.054
Cathay (iv)	205.635	-
Petrochina (v)	160.995	-
CMM Cyprus (vi)	75.729	22.939
Navig8 (vii)	45.759	55.731
Unipet (viii)	80.369	132.563
Equinor (iv)	30.488	-
Phillips 66 (iv)	6.884	47.234
Exxon Mobil	-	5.827
Shell	-	111
Vitol	-	267.275
Sinochem London	-	249.407
Petrobras	-	13.948
Valero	-	5.771
Total	-	9.466
Trafigura	-	278
Outros	23.551	5.166
Total	1.690.100	931.770
Total em reais	31.958	263.595
Total em outras moedas	1.658.142	668.175

- (i) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade, Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, realizadas principalmente em dezembro de 2025.
- (ii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, realizadas principalmente em dezembro de 2025.
- (iii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade e Peregrino, realizadas principalmente em dezembro de 2025.
- (iv) Saldo a receber referente às vendas de óleo do Campo de Peregrino, realizadas principalmente em dezembro de 2025.
- (v) Saldo a receber referente às vendas de óleo do Campo de Albacora Leste, realizadas principalmente em dezembro de 2025.
- (vi) Saldo a receber referente ao aluguel da embarcação Brasil Knutsen.
- (vii) Saldo a receber referente ao aluguel da embarcação Genesis.
- (viii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade e Albacora Leste, realizadas principalmente em dezembro de 2025.

Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito significativo. Dessa forma a Administração entendeu que a constituição de provisão para devedores duvidosos seria imaterial.

5. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.304	2.107	326.219	725.692
IR retido na fonte (ii)	94	-	225.527	219.834
PIS e COFINS (iii)	-	-	373.081	303.376
ICMS (iv)	-	-	113.921	118.749
Imposto no exterior	-	-	16.009	19.775
Outros	-	-	7.202	1.298
Total	2.398	2.107	1.061.959	1.388.724
Ativo Circulante	2.398	2.107	948.010	1.203.464
Ativo Não Circulante	-	-	113.949	185.260

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se a IRPJ/CSLL pelas antecipações a maior do que o imposto devido no ano anterior, e antecipações de IRPJ/CSLL referente ao ano corrente.
- (ii) Refere-se basicamente a imposto de renda retido sobre aplicações financeiras.
- (iii) Créditos de PIS/COFINS sobre insumos utilizados na operação, principalmente da Tigris e da Forte, com expectativa de compensação com os impostos federais a pagar no exercício de 2026.
- (iv) ICMS a recuperar referente à compra de materiais utilizados como insumos na produção e sobre empréstimo de óleo entre os parceiros. A expectativa é de que esses créditos sejam utilizados para compensar impostos incidentes sobre a venda de óleo e gás, bem como sobre a importação de materiais.

6. Adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores no país	236.789	347.234
Adiantamento a fornecedores no exterior	159.799	237.984
	<u>396.588</u>	<u>585.218</u>
Total no ativo circulante	396.090	584.337
Total no ativo não circulante	498	881

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes participações diretas em controladas:

- Prio Comercializadora Ltda. – anteriormente denominada Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Desde março de 2011, a PrioOG já atuava como Operadora B, em águas rasas e áreas terrestres, e a partir de outubro de 2015, a PrioOG foi qualificada como Operadora A pela ANP, o que permite a realização de atividades em áreas terrestres, águas rasas, profundas e ultra profundas.

A partir de janeiro de 2025 a PrioOG começou a operar na comercialização do gás produzido nos campos da Prio.

- Prio Internacional Ltda. (“PrioIntl”)

A controlada, que tem como acionistas a Prio e a PrioOG, com sede no Rio de Janeiro, tem como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Todas as empresas do Grupo localizadas dentro e fora do Brasil, exceto pela PrioOG e PrioEnergia, estão consolidadas sob uma única estrutura societária, tendo como matriz a PrioIntl no Brasil.

Atualmente, as principais Companhias controladas pela PrioIntl são a (i) Lux Holding, empresa que faz a comercialização do petróleo produzido pelas empresas, (ii) Prio Forte, detentora dos campos de Frade, Albacora Leste, Wahoo e Itaipu, após a incorporação da Petro Rio Jaguar realizada a valor de livros contábeis em janeiro de 2025 e (iii) Prio Bravo, detentora dos campos de Polvo e Tubarão Martelo. A Lux Holding é proprietária da

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

plataforma fixa, “Polvo A”. Ainda sob esta estrutura societária, estão as subsidiárias localizadas na República da Namíbia, que se encontram em liquidação.

Adicionalmente a PrioIntl detém 100% de participação na controlada Prio Tigris SS.A. que por sua vez possui participação de 80% nos Campos de Peregrino e Pitangola, sendo os 20% restantes de participação da Equinor conforme detalhado na nota explicativa de contexto operacional).

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2025 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	%	JOA (**)	Status	Fase	PEM (*)
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Frade	Frade	Bravo e Forte	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Forte	90%	Sim	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	80%	Sim	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	80%	Sim	Não operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Forte	64%	Sim	Operador	Desenvolvimento	-
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Forte	100%	Não	Operador	Exploração	-
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-254	-	Forte	100%	Não	Operador	Exploração	R\$ 587
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-539	Pirapema	Forte	100%	Não	Operador	Exploração	R\$ 10.564

(*) Programa exploratório mínimo remanescente.

(**) Joint Operating Agreement – Acordos de operações conjuntas.

a) Informações relevantes sobre as investidas em 31 de dezembro de 2025

	PrioOG	PrioIntl
Participação Direta	100,00%	0,57%
Participação Indireta	-	99,43%
Patrimônio líquido	26.139.413	26.050.418
Resultado do exercício	2.363.273	2.519.887
Total dos ativos	26.354.711	26.050.421

b) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
PrioOG	26.139.413	26.392.661
PrioIntl	149.469	148.833
	<u>26.288.882</u>	<u>26.541.494</u>

c) Movimentação do investimento

	PrioOG	PrioIntl	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.318.611	84.790	14.403.401
Resultado de equivalência patrimonial	10.241.750	58.963	10.300.713
Ajustes de conversão	4.215.788	18.738	4.234.526
Ações em tesouraria- reflexo	(828.869)	(4.750)	(833.619)
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	(1.554.619)	(8.908)	(1.563.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.392.661	148.833	26.541.494
Resultado de equivalência patrimonial	2.363.273	14.458	2.377.731
Ajustes de conversão	(3.203.035)	(17.206)	(3.220.241)
Ações em tesouraria- reflexo	(440.278)	(2.541)	(442.819)
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	1.026.792	5.925	1.032.717
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>26.139.413</u>	<u>149.469</u>	<u>26.288.882</u>

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Referente aos swaps das debêntures da Prio Forte e dos empréstimos da Prio Tigris, reconhecidos no patrimônio líquido das controladas.

8. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Em operação						
Plataforma e Sonda - Polvo A	UOP (i)	111.236	(100.530)	13.148	23.854	16.700
Plataforma Peregrino	UOP (i)	6.889.483	(1.182.996)	(257.530)	5.448.957	4.179.633
FPSO Valente – Frade	UOP (i)	2.016.456	(1.011.863)	10.498	1.015.091	1.124.728
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	UOP (i)	972.447	(494.984)	26.041	503.504	619.663
FPSO Forte – Albacora Leste	UOP (i)	1.833.925	(642.726)	110.123	1.301.322	1.715.458
Sonda Hunter Queen	UOP (i)	825.923	(93.117)	61.479	794.285	954.624
Ativos de Óleo e Gás – Frade	UOP (i)	2.953.170	(1.103.380)	144.071	1.993.861	2.412.888
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	UOP (i)	1.167.710	(653.768)	(10.656)	503.286	826.986
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	UOP (i)	9.729.254	(1.269.060)	(248.672)	8.211.522	3.236.104
Ativos de Óleo e Gás – Albacora Leste	UOP (i)	338.782	(5.032)	(1.016)	332.734	-
Revitalização de Poços (workover)	33,33	565.405	(490.670)	11.244	85.979	251.956
Embarcação Gênese I (ii)	5	230.908	(14.750)	22.097	238.255	245.808
Máquinas e equipamentos	10	8.009	(8.009)	-	-	-
Móveis e utensílios	10	2.361	(1.846)	(8)	507	751
Equipamentos de comunicação	10	3.367	(1.021)	14	2.360	2.230
Equipamentos de informática	20	36.551	(14.142)	1.731	24.140	12.371
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	49.236	(3.327)	2.332	48.241	46.201
Em andamento						
Imobilizado em andamento (iii)		96.796	-	1.028	97.824	34.519
Revitalização de Poços (workover) (iv)		356.401	-	54	356.455	138.779
Revitalização da Plataforma – Polvo A		73.108	-	1.103	74.211	-
Gastos com Desenvolvimento (v)		6.481.048	-	84.988	6.566.036	4.440.618
Sobressalentes		378.355	-	(13.136)	365.219	15.345
Material poços (vi)		2.570.780	-	(26.019)	2.544.761	2.600.898
Total		37.690.711	(7.091.221)	(67.086)	30.532.404	22.876.260

Custo e depreciação estão apresentados convertidos por suas respectivas taxas históricas.

(i) UOP – *Units of Production* (Método de depreciação por unidade produzida).

(ii) Embarcação adquirida para lançamento de linhas de Wahoo e posterior apoio na operação dos campos. Entrou em operação, mas ainda possui gastos com a revitalização da embarcação.

(iii) Imobilizado em andamento refere-se basicamente à gastos com a instalações administrativas.

(iv) Revitalização de Poços de Albacora Leste e do cluster Polvo e Tubarão Martelo (*workover*) para a retomada e/ou melhoria de poços.

(v) Gastos com o desenvolvimento principalmente do Campo de Wahoo.

(vi) Materiais adquiridos para perfuração e revitalização de poços.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Depreciação	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Em operação						
Plataforma e Sonda - Polvo A	16.700	-	(4.663)	9.496	2.321	23.854
Plataforma Peregrino	4.179.633	2.703.170 (*)	(1.076.933)	-	(356.913)	5.448.957
FPSO Valente - Frade	1.124.728	-	(118.003)	133.683	(125.317)	1.015.091
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	619.663	-	(90.432)	44.169	(69.896)	503.504
FPSO Forte – Albacora Leste	1.715.458	-	(238.204)	12.981	(188.913)	1.301.322
Sonda Hunter Queen	954.624	1.872	(57.324)	-	(104.887)	794.285
Ativos de Óleo e Gás – Frade	2.412.888	125.164 (**)	(249.891)	(31.334)	(262.966)	1.993.861
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	826.986	60.082 (**)	(92.018)	(208.389)	(83.375)	503.286
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	3.236.104	5.641.864 (*)(**)	(1.185.119)	728.896	(210.223)	8.211.522
Ativos de Óleo e Gás – Albacora Leste	-	307.448 (**)	(4.328)	31.334	(1.720)	332.734
Revitalização de Poços (workover)	251.956	-	(139.953)	-	(26.024)	85.979
Embarcação Gênesis I	245.808	29.913	(10.226)	-	(27.240)	238.255
Móveis e utensílios	751	-	(227)	-	(17)	507
Equipamentos de comunicação	2.230	590	(267)	-	(193)	2.360
Equipamentos de informática	12.371	15.770	(4.083)	-	82	24.140
Benfeitorias em imóveis de terceiros	46.201	-	(1.736)	8.799	(5.023)	48.241
Em andamento						
Imobilizado em andamento	34.519	75.622	-	((8.799))	(3.518)	97.824
Revitalização de Poços (workover)	138.779	233.137	-	-	(15.461)	356.455
Revitalização da Plataforma – Polvo A	-	73.108	-	-	1.103	74.211
Gastos com Desenvolvimento	4.440.618	3.338.569	-	(631.218)	(581.933)	6.566.036
Sobressalentes	15.345	378.355	-	(9.496)	(18.985)	365.219
Material para poços	2.600.898	1.205.260	-	(954.688)	(306.709)	2.544.761
Total	22.876.260	14.189.924	(3.273.407)	(874.566)	(2.385.807)	30.532.404

(*) Esta adição refere-se à aquisição adicional de 40% do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 9.d

(**)A adição é referente ao aumento da provisão para abandono dos Campos, conforme nota explicativa 17.

O saldo de transferências no valor de R\$ 874.566 corresponde a materiais do imobilizado que foram utilizados na operação. Esses itens foram utilizados em reparos de emergência e contabilizados como custos dos produtos vendidos.

Os gastos com desenvolvimento adicionados no período são referentes às atividades no Campo de Peregrino, no valor de R\$ 784.531, Campo de Wahoo, no valor de R\$ 1. 226.851, Campo de Frade, R\$ 488.594, Campo de Albacora Leste, R\$ 611.147 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 227.446.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Em operação								
Plataforma e Sonda - Polvo A	15.306	-	-	-	(2.518)	-	3.912	16.700
Plataforma Peregrino	-	4.133.536	-	-	(53.285)	-	99.382	4.179.633
FPSO Valente - Frade	911.143	-	-	-	(156.660)	112.875	257.370	1.124.728
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	431.645	-	-	-	(70.822)	126.231	132.609	619.663
FPSO Forte - Albacora Leste	1.506.510	-	-	-	(213.784)	44.720	378.012	1.715.458
Sonda Hunter Queen	544.015	-	245.711	-	(33.851)	-	198.749	954.624
Ativos de Óleo e Gás - Frade	1.540.371	-	-	-	(316.028)	658.752	529.793	2.412.888
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	409.162	-	405	-	(74.978)	347.496	144.901	826.986
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	-	3.114.157	87.132	-	(38.555)	-	73.370	3.236.104
Revitalização de Poços (workover)	266.652	-	-	-	(131.619)	61.434	55.489	251.956
Embarcação Gênese I	-	-	200.995	-	(4.524)	-	49.337	245.808
Móveis e utensílios	731	-	-	-	(165)	-	185	751
Equipamentos de comunicação	446	-	1.612	-	(123)	-	295	2.230
Equipamentos de informática	4.783	-	7.668	-	(2.106)	-	2.026	12.371
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.082	-	-	-	(475)	33.440	8.154	46.201
Em andamento								
Imobilizado em andamento	23.747	-	36.696	-	-	(32.943)	7.019	34.519
Revitalização de Poços (workover)	343	-	184.354	-	-	(61.434)	15.516	138.779
Gastos com Desenvolvimento	2.769.706	-	1.894.411	-	-	(954.412)	730.913	4.440.618
Sobressalentes	11.997	-	-	-	-	-	3.348	15.345
Material para poços	983.479	798.256	1.379.960	(10.152)	-	(859.929)	309.284	2.600.898
Total	9.425.118	8.045.949	4.038.944	(10.152)	(1.099.493)	(523.770)	2.999.664	22.876.260

O saldo de transferências no valor de R\$ 523.770 corresponde a materiais do imobilizado que foram utilizados na operação. Esses itens foram utilizados em reparos de emergência e contabilizados como custos dos produtos vendidos.

Os gastos com desenvolvimento adicionados no exercício são referentes às atividades no Campo de Wahoo, no valor de R\$ 956.359, Campo de Frade, R\$ 179.188, Campo de Albacora Leste, R\$ 479.332 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 279.532.

A aquisição demonstrada no quadro refere-se à aquisição de 40% do Campo de Peregrino, com todos os ativos associados, conforme notas explicativas 1 e 9.c.

9. Intangível (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Consolidado				
		Custo	Amortização	Ajuste de Conversão	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de Óleo e Gás - Frade	(i)	787.956	(539.821)	36.023	284.158	361.510
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	(i)	9.968.943	(3.401.697)	466.552	7.033.798	9.374.246
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	(i)	828.660	(549.803)	5.361	284.218	378.275
Ativos de Óleo e Gás - Wahoo	(i)	845.781	-	(11.832)	833.949	938.510
Ativos de Óleo e Gás - Itaipu	(i)	395	-	36	431	485
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	(i)	5.896.499	(952.312)	(401.301)	4.542.886	3.722.532
Bônus de assinatura - FZA-M-254	(i)	6.075	-	(85)	5.990	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	(i)	8.165	-	(114)	8.051	8.165
Softwares e outros	20	278	(5)	1	274	276
Ágio na aquisição do controle da Forte	(ii)	1.461.626	-	59.981	1.521.607	1.712.388
Adiantamento para aquisição Peregrino		538.342	-	(15.064)	523.278	-
		20.342.720	(5.443.638)	139.558	15.038.640	16.502.462

- (i) Os custos de aquisição/bônus de assinatura e gastos exploratórios são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas provadas desenvolvidas, quando finalizados os processos exploratórios/ de redesevolvimento.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Ágio relacionado à aquisição de ações e controle da Forte, no montante de R\$ 1.461.626, na data de aquisição, equivalente a US\$ 276.535 mil.

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Amortização	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Ativos de Óleo e Gás – Frade	361.510	-	(37.916)	(39.436)	284.158
Ativos de Óleo e Gás – Albacora Leste	9.374.246	-	(1.314.370)	(1.026.078)	7.033.798
Ativos de Óleo e Gás – Polvo & TBMT	378.275	-	(52.517)	(41.540)	284.218
Ativos de Óleo e Gás – Wahoo	938.510	-	-	(104.561)	833.949
Ativos de Óleo e Gás – Itaipu	485	-	-	(54)	431
Ativos de Óleo e Gás – Peregrino	3.722.532	2.007.244 (*)	(733.130)	(453.760)	4.542.886
Bônus de assinatura - FZA-M-254	6.075	-	-	(85)	5.990
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	8.165	-	-	(114)	8.051
Softwares e outros	276	-	-	(2)	274
Ágio na aquisição do controle da Forte	1.712.388	-	-	(190.781)	1.521.607
Adiantamento para aquisição Peregrino	-	716.556	-	(193.278)	523.278
	16.502.462	2.723.800	(2.137.933)	(2.049.689)	15.038.640

(*) A adição de refere-se à aquisição adicional de 40% do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 9.d

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição (*)	Adições	Amortização	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Ativos de Óleo e Gás – Frade	331.805	-	-	(56.307)	86.012	361.510
Ativos de Óleo e Gás – Albacora Leste	8.158.835	-	345.742	(1.158.233)	2.027.902	9.374.246
Ativos de Óleo e Gás – Polvo & TBMT	336.810	-	10.774	(55.220)	85.911	378.275
Ativos de Óleo e Gás – Wahoo	733.749	-	-	-	204.761	938.510
Ativos de Óleo e Gás – Itaipu	379	-	-	-	106	485
Ativos de Óleo e Gás – Peregrino	-	3.681.489	-	(11.416)	52.459	3.722.532
Bônus de assinatura - FZA-M-254	6.075	-	-	-	-	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	8.165	-	-	-	-	8.165
Softwares e outros	271	-	-	-	5	276
Ágio na aquisição do controle da Forte	1.338.789	-	-	-	373.599	1.712.388
	10.914.878	3.681.489	356.516	(1.281.176)	2.830.755	16.502.462

(*) A aquisição demonstrada no quadro refere-se à aquisição de 40% do Campo de Peregrino, com todos os ativos associados, conforme nota explicativa 1 e 9.c.

c) Combinação de negócios - Aquisição de ações e controle da Stellina

Conforme divulgado no contexto operacional, em 05 de dezembro de 2024, a Lux Holding concluiu o processo de aquisição de controle da Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A. (que teve seu nome alterado para Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. – nessa demonstração financeira identificada como “Stellina”), através da compra de 100% das suas ações.

A operação contemplou a empresa Stellina e suas controladas Prio Contina B.V. e Prio Tigris Ltda. (anteriormente denominadas Sinochem Atlantic Resources B.V. e Sinochem Petroleo Brasil Ltda., respectivamente), sendo esta última detentora de 40% de participação nos Campos de Peregrino e Pitangola.

O valor total da operação foi de US\$ 1.836 milhões (R\$ 10.986.200) após ajustes do capital de giro líquido e outros ajustes de preço.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apurou os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a alocação do preço de aquisição.

Na data dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme previsto pelo CPC 15/ IFRS 3, a Administração concluiu os ajustes irrelevantes da transação de aquisição de participação e controle, bem como identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos e passivos apurados a valor justo, na data da transação, assim como a alocação definitiva são:

	R\$ mil (na data da aquisição)	US\$ mil
Prio Lux - Consideração transferida	10.986.200	1.835.653
Alocação do Preço		
Patrimônio Líquido na aquisição	(4.925.932)	(823.060)
Direito a receber de empréstimos com a Contina	16.019.441	2.676.643
Passivos contingentes assumidos	(74.087)	(12.379)
Imposto diferido sobre passivos contingentes	25.190	4.209
Ganho por compra vantajosa gerado na aquisição (deságio) (i)	(58.412)	(9.760)
	R\$ mil (na data da aquisição)	US\$ mil
Grupo Sinochem – Composição de ativos e passivos adquiridos	(4.925.932)	(823.060)
Concessão (intangível)	3.681.489	615.130
FPSO, plataformas e equipamentos subsea (imobilizado)	8.046.035	1.344.389
Contas a receber de venda de óleo (ativo circulante)	487.514	81.457
Tributos diferidos (ativo não circulante)	634.766	106.061
Provisão de abandono dos ativos (passivo não circulante)	(1.327.781)	(221.855)
Empréstimos a pagar a controladora (atualmente Lux Holding)	(16.616.927)	(2.776.475)
Outros ativos e passivos, líquidos	168.972	28.233

(i) O ganho por compra vantajosa foi registrado no resultado da Companhia na data da aquisição.

Adicionalmente, seguindo as orientações do CPC 15/ IFRS 3, foram considerados para fins de definição do valor justo, os valores das contingências possíveis que não estavam contabilizados no balanço da Tigris na data de aquisição do controle, totalizando a avaliação dos passivos contingentes assumidos no valor justo de US\$ 12.379 (R\$ 74.087).

d) Compra de ativo e adiantamento para aquisição de 20% participação restante no campo de Peregrino

Conforme divulgado no dia 1 de maio de 2025, a Companhia assinou contrato com a Equinor Brasil Energia Ltda. (“Equinor”) para a aquisição de participação total de 60% e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola.

O negócio foi dividido em duas partes: (i) aquisição de 40% de participação, conjuntamente com a operação do campo, concluída no dia 11 de novembro de 2025 e (ii) aquisição de 20% de participação, que deve acontecer durante o exercício de 2026.

As transações tiveram um valor conjunto de US\$ 3.350 milhões (equivalentes a R\$ 19.236.370), sendo pago no dia da assinatura 10% do preço inicial na forma de adiantamento e o restante nas datas de conclusão de cada parcela sujeitos aos ajustes até o fechamento da transação (contados a partir de 1º de janeiro de 2024), como o resultado do ativo e juros.

Na conclusão da parcela de 40% foram pagos no dia 11 de novembro de 2025 o valor de US\$ 1.564 milhões (equivalentes a R\$ 8.246.237 na data da aquisição). A alocação total dos valores pagos ficou da seguinte forma:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	R\$ mil (na data da aquisição)	US\$ mil
Adiantamento pago na assinatura (referente a 40%)	1.264.969	239.900
Complemento de preço ajustado na conclusão	8.246.237	1.563.890
Alocação do Preço		
Ativo Imobilizado (FPSO, Plataformas, poços)	6.794.400	1.288.551
Ativo Intangível (Contrato de concessão)	1.928.710	365.779
Materiais em almoxarifado	877.125	166.346
Adiantamento a fornecedor	20.442	3.877
Liquidação do cash balance do consórcio	(109.471)	(20.761)

Na conclusão da aquisição foi registrado complemento da provisão de abandono no montante de R\$ 1.322.571, referente ao aumento de participação no campo de 40% para 80%, conforme nota explicativa 17.

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no país	2.781	1.299	1.966.360	382.868
Fornecedores no exterior	-	83	383.806	374.728
	2.781	1.382	2.350.166	757.596

A Companhia não possui operações de risco sacado junto aos seus fornecedores.

11. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salário	-	-	16	95
Provisão de Bônus	103.121	8.720	454.233	228.003
Encargos	197	112	7.572	1.672
Férias/ 13º salário	143	103	34.235	22.500
	103.461	8.935	496.056	252.270

12. Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSSL a pagar	-	-	99.999	502.772
Royalties e Participação Especial	-	-	225.851	182.570
IRRF sobre serviços	237	123	57.663	59.766
IRRF sobre JCP	-	-	-	34.391
PIS/COFINS/CSLL	68	12	6.392	13.731
INSS	-	-	4.035	4.221
ICMS	-	-	6.742	30.970
Outros	49	32	1.191	1.864
	354	167	401.873	830.285

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2024	Adições		Pagamentos		Apropriação	Variação Cambial	Ajuste de Conversão	31/12/2025	Marcação a mercado
			Principal	Juros	Principal	Juros					
Citibank	(i)	1.567.921	283.305	102.112	(43.020)	(50.633)	-	-	(182.176)	1.677.509	-
BTG	(ii)	1.878.843	566.610	130.419	(27.939)	(101.069)	-	-	(225.072)	2.221.792	-
Itaú	(iii)	1.260.040	1.547.313	93.460	(902.161)	(54.494)	-	-	(148.959)	1.795.199	-
Safra	(iv)	317.299	141.653	23.343	-	(19.702)	-	-	(38.941)	423.652	-
Santander	(v)	943.552	1.678.100	71.626	(890.559)	(35.081)	-	-	(106.979)	1.660.659	-
Bank of China	(vi)	218.435	84.992	14.502	(2.925)	(11.428)	-	-	(26.745)	276.831	-
HSBC	(vii)	1.264.967	283.305	80.362	-	(77.344)	-	-	(150.181)	1.401.109	-
Bradesco	(viii)	622.223	-	34.007	(8.405)	(25.617)	-	-	(69.309)	552.899	-
JP Morgan	(ix)	155.010	411.428	12.656	-	-	-	-	(16.101)	562.993	-
Morgan Stanley	(x)	-	283.305	11.594	-	(8.583)	-	-	(8.278)	278.038	-
ABC	(xi)	-	169.983	5.941	-	(5.558)	-	-	(4.921)	165.445	-
Sumitomo Mitsui	(xii)	-	817.320	23.582	-	-	-	-	8.410	849.312	-
Bond	(xiv)	3.728.655	3.733.660	228.525	(2.373.004)	(180.006)	-	-	(300.232)	4.837.598	-
Gastos com captação - Bond	*	(20.868)	(86.386)	-	-	-	11.281	-	799	(95.174)	-
Subtotal Empréstimos sem swap e Bond		11.936.077	9.914.588	832.129	(4.248.013)	(569.515)	11.281	-	(1.268.685)	16.607.862	-
XP S/A	(xiii)	-	530.100	21.775	-	-	-	(20.871)	-	531.004	-
Contratos de Swap - Ativo		-	(530.100)	(21.775)	-	-	-	20871	-	(531.004)	(11.292)
Contratos de Swap - Passivo		-	530.100	9.376	-	-	-	-	20.282	559.758	22.319
Subtotal Empréstimos com swap		-	530.100	9.376	-	-	-	-	20.282	559.758	11.027
Total		11.936.077	10.444.688	841.505	(4.248.013)	(569.515)	11.281	-	(1.248.403)	17.167.620	11.027
Circulante		116.157								1.253.614	
Não Circulante		11.819.920								15.914.006	

* Custos com bancos, advogados e consultores para a emissão do BOND, apropriado pela data de vigência dos instrumentos.

Os juros pagos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(i) Em dezembro de 2023, a Petro Rio Jaguar contratou uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 242.065), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros. Em maio de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final da NCE de dezembro de 2026 para maio de 2028. Na mesma ocasião, os pagamentos de juros foram ajustados para ocorrer nas mesmas datas das amortizações de principal, em substituição à periodicidade trimestral anteriormente vigente. As demais condições contratuais foram mantidas inalteradas.

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 200 milhões (R\$ 1.132.420), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,50% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(ii) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) com o BTG no valor de US\$ 300 milhões (R\$ 1.696.860), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,35% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em maio de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final da operação para maio de 2027 e alterar a taxa de juros para 6,31% a.a. As demais condições contratuais foram mantidas inalteradas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2025, a Prio Forte contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o BTG no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 566.610), com amortização total no vencimento, taxa de 6,31% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

(iii) Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 200 milhões (R\$ 1.132.420), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para realizar o pré-pagamento de US\$ 150 milhões. Na mesma ocasião, a Companhia prorrogou o vencimento final do PPE para maio de 2028 com amortizações anuais a partir de 2027 e alterou a taxa de juros para TERM SOFR + 2,40% a.a.

Em maio de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 849.915), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,20% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 424.958), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,42% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 272.440), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,47% a.a. com pagamentos trimestrais de juros.

(iv) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Safra no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 282.810), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 18º mês, taxa de TERM SOFR+2,40% a.a. com pagamentos semestrais de juros.

Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou dois Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ("ACC") junto ao Banco Safra no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de 6,40% a.a. com pagamentos anuais de juros a partir do 2º ano e vencimento final em 26 meses.

(v) Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 849.315), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,11% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em junho de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento da totalidade do PPE junto ao Banco Santander.

Em junho de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 200 milhões (R\$ 1.133.220), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,20% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.880), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos semestrais de juros.

(vi) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco da China no valor de US\$ 35 milhões (R\$ 197.967), com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de 5,90% com pagamentos trimestrais de juros.

Em junho de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco da China no valor de US\$ 15 milhões (R\$ 84.992), com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de TERM SOFR+2,60% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vii) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 565.620), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+1,60% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 21 meses. Em junho de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE de maio de 2026 para janeiro de 2028, mantendo as demais condições contratuais inalteradas.

Adicionalmente, em setembro de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.810), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,00% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 20 meses. Em maio de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE para janeiro de 2028. Na mesma ocasião, a Companhia realizou nova captação no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), formalizada como aditivo ao instrumento original, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais, com vencimento final também em janeiro de 2028.

(viii) Em setembro de 2024, a Prio Bravo contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Bradesco no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.810), com amortização total no vencimento, taxa de 6,00% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(ix) Em dezembro de 2024, a Prio Forte contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 154.808), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,90% a.a. e vencimento final em 25 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,60% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Em dezembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 269.775), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,55% a.a. e vencimento final em 24 meses.

(x) Em abril de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") com o Banco Morgan Stanley no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), com amortização total no vencimento, taxa de SOFR+1,90% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(xi) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o Banco ABC no valor de US\$ 30 milhões (R\$ 169.983), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,55% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

(xii) Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") com o Sumitomo Mitsui Bank no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 817.320), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,50% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(xiii) Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou uma Nota de Crédito à Exportação ("NCE") junto ao Banco XP S/A no valor de R\$ 530.100 (equivalente a US\$ 100 milhões na data de contratação), com amortização total no vencimento, taxa de CDI+0,85% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Na mesma data, a Companhia contratou swaps (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a NCE em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo dolarizado de 6,23% ao ano.

A Companhia designou esse empréstimo como item protegido e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48, item 6.4.1, como hedge

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal.

O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2025, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 11.027 (US\$ 2.003 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado. O valor registrado no Patrimônio Líquido está apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 3.749.

(xiv) A Companhia emitiu em 09 de junho de 2021 uma dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões (R\$ 3.348.300) ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, 09 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, tendo sido a sua primeira amortização realizada em dezembro de 2021. Adicionalmente, este contrato possui obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas e possui duas garantias registradas em relação ao FPSO Bravo e FPSO Frade.

Adicionalmente, em 15 de outubro de 2025, a Companhia emitiu uma dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 700 milhões (R\$ 3.733.660) ao custo de 6,75% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 2º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, 15 de outubro de 2030, enquanto a amortização dos juros é semestral. Este contrato possui obrigações não financeiras que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

Os recursos líquidos obtidos foram destinados à oferta pública dos bonds emitidos anteriormente pela Companhia com vencimento em 2026, lançada em 1º de outubro de 2025. A oferta expirou em 7 de outubro de 2025 e resultou na recompra de aproximadamente 71,88% do valor total em circulação destes bonds, totalizando US\$ 431,3 milhões (R\$ 2.327.079). O pagamento aos detentores que aderiram à oferta foi realizado em 14 de outubro de 2025.

Os contratos firmados com os bancos Citibank (i), BTG (ii), Itaú (iii), Safra (iv), Santander (v), Banco da China (vi), HSBC (vii), JP Morgan (ix), ABC (xi), Morgan Stanley (x), Sumitomo Mitsui (xii) e a dívida emitida no mercado de capitais internacional (xiv) possuem cláusulas de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas).

O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2025, e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as cláusulas dos contratos.

14. Debêntures locais (inclui swaps de conversão)

Em 24 de agosto de 2022 ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografia, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 2.000.000 na data de sua emissão, a qual foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de agosto de 2032; e 500.000 (quinhentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de agosto de 2027.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Debêntures da Primeira Série terão juros de IPCA+ 7,41% ao ano, e as Debêntures da Segunda Série são corrigidos por juros de 100% da Taxa DI, acrescido de spread de 2,05% ao ano. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de fevereiro e 15 de agosto.

Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das debêntures, emitidas no Brasil, em reais, e a volatilidade dos indexadores das debêntures, IPCA e CDI.

Estes contratos de swap, que foram contratados com os prazos e taxas de juros idênticos às debêntures de Primeira e Segunda séries, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA+7,41% a.a. e CDI+2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.

Em 29 de fevereiro de 2024 ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$2.000.000 na data de sua emissão, tendo sido 800.0000 (oitocentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029; e 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2034.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,1155% a.a. e as Debêntures da Segunda Série serão atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,4662% a.a.

Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano.

Em 15 de abril de 2024 a Companhia liquidou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 1.300.000 na data de sua emissão, sendo 520.000 (quinhentas e vinte mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de abril de 2029 e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,0121% a.a.; e 780.000 (setecentas e oitenta mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de abril de 2034 e atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,5102% a.a. Os instrumentos derivativos contratados para proteger essas debêntures seguem as mesmas características da segunda emissão resultando em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia liquidou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória adicional da Forte, no valor total de R\$ 1.200.000 na data de sua emissão, sendo R\$ 800.000 (oitocentos mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 20 de fevereiro de 2030 e atualizadas pela variação do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,20% a.a. e R\$ 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 20 de fevereiro de 2032 e atualizadas pela variação do CDI acrescida de sobretaxa de 1,35% a.a. Na mesma data, a Forte contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,78% ao ano.

Em 16 de julho de 2025, a Companhia liquidou a sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória adicional da Forte, no valor total de R\$ 3.000.000 na data de sua emissão, sendo R\$ 2.000.000 (dois milhões) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de julho de 2030 e atualizadas pela variação do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,45% a.a. e R\$ 1.000.000 (um milhão) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de julho de 2032 e atualizadas pela variação do CDI acrescida de sobretaxa de

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1,60% a.a. Na mesma data, a Forte contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,59% ao ano.

A Companhia designou as debêntures como itens protegidos, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48/ IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal.

O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2025, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 671.595 (US\$ 122.055 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado sendo R\$ 811.648 referente à variação do valor de mercado no ano de 2025. O valor registrado no Patrimônio Líquido está apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 228.342.

Adicionalmente, os gastos para a emissão das debêntures foram capitalizados, e serão alocados ao resultado de acordo com o prazo de vencimento das debêntures. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 187.466 (US\$ 29.230 mil).

A seguir estão demonstradas as movimentações das debêntures e swaps atrelados, incluindo a marcação a mercado:

	31/12/2024	Adições		Pagamentos		Apropriação	Variação Cambial	Ajuste de Conversão	31/12/2025	Marcação a	
		Principal	Juros	Juros	mercado					31/12/2025	
Debêntures	5.680.732	4.200.000	969.178	(555.306)	-	(319.629)	-	9.974.975	-	9.974.975	
Contratos de Swap - Ativo	(5.680.732)	(4.200.000)	(969.178)	555.306	-	319.629	-	(9.974.975)	8.598	(9.966377)	
Contratos de Swap - Passivo	6.617.552	4.200.000	503.400	(301.069)	-	-	(889.220)	10.130.663	662.997	10.793.660	
Gastos com captação *	(151.681)	(15.852)	-	-	23.655	-	(43.588)	(187.466)	-	(187.466)	
Total	6.465.871	4.184.148	503.400	(301.069)	23.655	-	(932.808)	9.943.197	671.595	10.614.792	
Circulante	133.066							220.444	-	220.444	
Não Circulante	6.332.805							9.722.753	671.595	10.394.348	

* Custos com bancos, advogados e consultores para a emissão das debêntures apropriado pela data de vigência dos instrumentos.

Os juros pagos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

As debêntures possuem cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBTIDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBTIDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas.

A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2025 e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato. Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Operações de Arrendamento (IFRS16/ CPC06 – R2)

Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes:

Ativos de direito de uso	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo
Embarcações de Apoio	218.986	(85.124)	8.275	142.137
Helicópteros	701.123	(347.976)	16.992	370.139
Edificações/Bases de Apoio	88.384	(35.580)	2.843	55.647
Equipamentos	72.406	(35.872)	5.943	42.477
Total	1.080.899	(504.552)	34.053	610.400

Para calcular o montante do custo foram considerados os prazos contratuais, bem como a taxa de desconto. Essa taxa é mantida até o fim dos contratos, exceto se houver alteração do prazo destes, quando é atualizado à taxa incremental na data de alteração.

No primeiro trimestre de 2025, houve a substituição de dois contratos – um de helicóptero e outro de embarcação, com o encerramento antecipado dos contratos anteriores. O contrato de helicóptero atende o Cluster Tubarão Martelo e Polvo e é descontado à taxa de 5,44% para a parcela em dólar. Já o contrato de embarcação atenderá os campos de Albacora Leste, Frade e o Cluster Tubarão Martelo e Polvo, sendo descontado à taxa de 5,39%, 5,81% e 5,49%, respectivamente, para a parcela em dólar.

Adicionalmente, no quarto trimestre de 2025, houve a inclusão de três contratos – um de helicóptero e dois de embarcação que atenderão ao Campo de Peregrino. O contrato de helicóptero é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,15% para a parcela em reais. Já o contrato de embarcação é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,17% para a parcela em reais. Com o aumento da vida útil mencionado na nota 2, os contratos foram calculados até março de 2034.

Em decorrência da inclusão dos novos contratos mencionados anteriormente e dos contratos encerrados antecipadamente no exercício, o ativo reduziu em R\$ 1.197.408, o passivo reduziu em R\$ 1.376.153 e a diferença foi registrada no resultado, na linha de outras receitas e despesas operacionais..

Os efeitos apresentados no exercício foram:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.421.249	(2.548.486)
Adições/(Reversões)	(1.197.408)	1.376.153
Atualização cambial	-	(21.232)
Atualização monetária	-	(50.005)
Pagamentos efetuados	-	319.415
Depreciação	(293.368)	-
Ajuste de conversão	(320.073)	279.301
Saldo em 31 de dezembro de 2025	610.400	(644.854)
Circulante	-	(299.266)
Não Circulante	610.400	(345.588)

Maturidade dos contratos	Valor R\$	Pis/Cofins Valor R\$
Vencimento das prestações		
2026	(407.958)	37.736
2027	(219.157)	20.272
2028	(153.389)	14.188
2029	(13.596)	1.258
Valores não descontados	(794.100)	73.454
Juros embutidos	149.246	
Saldo passivo arrendamento	(644.854)	

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A seguir apresentamos as bases de prejuízo e crédito fiscal, respectivamente:

Empresas	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Forte	19.202.214	18.725.519	6.528.753	6.366.676
Tigris	4.146.231	3.252.314	1.409.717	1.105.787
Bravo	121.171	264.063	41.198	89.781
Lux Holding	445.982	548.709	111.228	136.848
Subtotal reconhecido	23.915.598	22.790.605	8.090.896	7.699.092
Prio S.A.	390.136	321.285	132.646	109.237
PrioIntl	10.991	10.993	3.737	3.738
PrioOG	492.167	410.245	167.337	139.483
PrioEnergia	19.919	19.919	6.772	6.772
PrioOGIntl	1.759.835	33.113	439.959	8.278
PrioAustria	11.318.618	336.874	329.655	84.219
Ned Holding	-	778.561	-	194.640
Lux Holding	864.220	2.491.689	215.536	621.427
Subtotal não reconhecido (*)	4.855.886	4.402.679	1.295.642	1.167.794
Total	28.771.484	27.193.284	9.386.538	8.866.886
Brasil	24.382.829	23.004.338	8.290.160	7.821.474
Luxemburgo	1.310.202	3.040.398	326.764	758.275
Áustria	3.078.453	369.987	769.614	92.497
Holanda	-	778.561	-	194.640

(*) Em 31 de dezembro de 2025 não há prejuízo e crédito fiscal reconhecido contabilmente, em função da ausência de expectativas de geração de lucros tributáveis pelas operações, em prazo médio de tempo.

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil e no Exterior, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício no Brasil, e sem limite de compensação em Luxemburgo. Conforme detalhe abaixo, a Administração reconheceu contabilmente, com base nas projeções de resultado das empresas, valores proporcionais aos lucros futuros, bem como montante relacionado ao deságio registrado nas aquisições do Campo de Polvo, e ao valor integral dos passivos diferidos registrados em Luxemburgo, referentes aos deságios registrados na aquisição do Campo de Frade. Os demais créditos serão reconhecidos à medida que os lucros tributários futuros forem sendo gerados. Do total de créditos fiscais disponíveis, os valores não operacionais não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2025.

Além dos créditos fiscais listados no parágrafo anterior, em 31 de dezembro de 2024 foi registrado crédito fiscal no montante de R\$ 6.366.676, referente aos prejuízos fiscais da empresa Forte, uma vez que o planejamento tributário, desenhado e aprovado no exercício de 2023, para o aproveitamento destes créditos, que contemplava a incorporação da Jaguar pela Forte, teve todas as condições necessárias aprovadas durante o ano de 2024. O processo de incorporação teve a formalização final concluído em janeiro de 2025 com a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária. Dessa forma, a Administração espera utilizar o crédito fiscal pelo resultado das atividades dos Campos de Frade, Albacora Leste e Wahoo, que passaram a ser ativos operacionais da Forte.

A legislação do Pillar 2, emitida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi adotada ou está em processo avançado de adoção em diversas jurisdições onde operam empresas controladas pela Prio, incluindo Luxemburgo, Áustria e Holanda. No Brasil, a promulgação ocorreu por meio da Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir do ano-calendário de 2025, assegurando a internalização dessas normas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição potencial ao imposto adicional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nas Global Anti-Base Erosion Rules (GloBE Rules) para as empresas do Grupo Prio foi limitada ao cálculo completo da Effective Tax Rate (QDMTT - Qualifying Domestic Minimum Top-up Tax). De acordo com as GloBE Rules, a ETR do grupo econômico estabelece um imposto complementar sobre os lucros provenientes de jurisdições onde a taxa efetiva de imposto (ETR) seja inferior a 15%. Os testes aplicados às bases consolidadas do Grupo Prio para o ano fiscal de 2025 indicaram que a Effective Tax Rate (ETR) é superior a 15%, não gerando assim ajuste complementar de imposto.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	-	-	88.069	197.970
Diferenças temporárias (***)	(20.005)	(28.940)	(1.969.704)	(2.086.382)
Diferenças temporárias - outros resultados abrangentes (*)	-	-	(232.091)	-
Diferenças temporárias – diferença de base dos ativos (**)	-	-	2.177.563	3.913.286
Prejuízos fiscais	-	-	(8.090.896)	(7.661.273)
Saldo Líquido	(20.005)	(28.940)	(8.027.059)	(5.636.399)
Total do ativo	(20.005)	(28.940)	(8.121.172)	(5.636.399)
Total do passivo	-	-	94.113	-

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	De 2033 a 2041	Total
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	(23.159)	11.198	9.865	8.917	8.213	7.580	7.051	58.404	88.069
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-	-	(24.232)	(24.232)
Prejuízos Fiscais	(1.195.466)	(1.092.512)	(1.241.280)	(1.199.134)	(1.178.218)	(1.065.213)	(839.684)	(279.389)	(8.090.896)

(*) As alterações do valor de mercado dos swaps atrelados às debentures e empréstimos originam diferenças na base fiscal, resultando em ativo ou passivo fiscal diferido, registrados em contrapartida de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(**) As alterações na taxa de câmbio relacionadas à conversão histórica de itens não monetários originaram diferenças temporárias que resultaram em ativo fiscal diferido, que foi creditado no resultado conforme item 38 do CPC 32.

(***) As diferenças temporárias referem-se principalmente a variações cambiais não realizadas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para abandono de instalações

A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços nos campos: Campo de Polvo, Campo de Frade, Campo de Tubarão Martelo, Campo de Albacora Leste, Campo de Tubarão Azul e Campo de Peregrino está demonstrada a seguir:

	Polvo	Tubarão Martelo	Frade	Albacora Leste	Peregrino	Tubarão Azul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(53.303)	133.474	142.690	818.687	-	79.881	1.121.429
Aquisição Peregrino	-	-	-	-	1.327.781	-	1.327.781
Aumento	10.637	10.774	23.688	345.742	-	-	390.841
Atualização monetária	15.916	17.471	19.180	107.740	11.760	-	172.067
Ajuste de Conversão	35.704	39.494	42.302	242.884	46.013	22.292	428.689
Atualização monetária do Fundo de Abandono	(53.041)	-	-	-	-	-	(53.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(44.087)	201.213	227.860	1.515.053	1.385.554	102.173	3.387.766
Aumento/redução	19.977	40.104	125.164	307.448	229.811	(4.510)	717.994
Aquisição Peregrino	-	-	-	-	1.322.571	-	1.322.571
Atualização monetária	19.170	19.733	22.967	154.734	154.790	-	371.394
Ajuste de Conversão	(21.444)	(22.715)	(25.778)	(171.650)	(114.567)	(11.418)	(367.572)
Atualização monetária do Fundo de Abandono	15.285	-	-	-	-	-	15.285
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(11.099)	238.335	350.213	1.805.585	2.978.159	86.245	5.447.438

A provisão para abandono do Campo de Peregrino, no montante de R\$ 1.327.781, foi reconhecida na data da aquisição do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 9.c. Adicionalmente, em 2025 foi realizado o incremento do valor da provisão devido a aquisição de 40% adicional do campo, no montante de R\$ 1.322.571 conforme nota explicativa 9.d.

Em 31 de dezembro de 2025 houve atualização da taxa de desconto para todos os Campos, refletindo um incremento de R\$ 722.504, em contrapartida ao ativo. Os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, com previsão de abandono em 2033, descontam as estimativas de abandono, ambas em dólar, à valor presente pela de 7,59% ao ano. Frade, com a previsão de abandono em 2041 e estimativa em dólar, utiliza a taxa de 8,12% ao ano. Albacora Leste e Peregrino, com previsão de abandono em 2031 e 2034, respectivamente, (data limite das concessões dos campos) e estimativa em dólar, utilizam taxa de 7,41%. As taxas de inflação utilizadas, quando necessário, são a média de 2,0% ao ano para os valores em dólar.

18. Adiantamento de parceiros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Blocos operados		
Repsol - Albacora Leste	(11.371)	38.522
Outras parcerias	(39.766)	(2.870)
Equinor - Peregrino	(188.883)	-
Total de blocos operados	(240.020)	35.652
Blocos não operados		
Petrobras - Coral/Cavalo Marinho	(44)	(50)
Equinor - Peregrino	-	(227.418)
Total de blocos não-operados	(44)	(227.468)
Total de adiantamento de/a parceiros	(240.064)	(191.816)
Total no Passivo Circulante	(240.064)	(191.816)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impairment

A Companhia monitora continuamente mudanças nas condições econômicas e operacionais que possam indicar a existência de perda no valor recuperável de seus ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável para os ativos operacionais, razão pela qual não foram realizados testes formais de recuperabilidade para esses ativos.

Em decorrência da aquisição da Forte, ocorrida a partir do exercício de 2023, foi reconhecido ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual é testado anualmente quanto à recuperabilidade, independentemente da existência de indícios de perda.

Para fins desse teste, foram utilizadas, entre outras premissas, as estimativas de reservas dos campos em operação elaboradas pela DeGolyer and MacNaughton ("D&M") em 31 de dezembro de 2025, bem como projeções de preços futuros do Brent, descontadas a uma taxa de 9,61% ao ano.

Os resultados obtidos indicaram que o valor recuperável associado ao ágio é superior aos valores contábeis registrados em 31 de dezembro de 2025, não havendo necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor de R\$ 15.733.747 está representado por 869.455.788 ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia possui saldo de R\$ 223.365 referentes aos custos com emissões das ações em conta redutora do Capital Social, que compõem o saldo apresentado de R\$ 15.510.382.

Acionista	Nº de ações ordinárias (*)	% de Participação
FMR LLC	44.727.674	5%
Schroder Investment Management Brasil Ltda.	43.741.218	5%
Outros Acionistas	780.986.896	90%
Total	869.455.788	100%

(*) Conforme informações divulgadas em formulário de referência.

O Capital Social da Companhia sofreu alterações em janeiro de 2025, com aumento de R\$ 98.995 através da emissão de ações pelo exercício de opções de ações outorgadas aos colaboradores.

Nos dias 25 de fevereiro e 21 de outubro de 2025, a Companhia realizou aumento do capital social no valor de R\$ 2.800.000 e R\$ 2.000.000, respectivamente, através da capitalização de recursos alocados na reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos".

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2025 o saldo de 59.533.057 ações ordinárias da Prio S.A. em conta de Ações em Tesouraria, retificadora do Patrimônio Líquido, ao custo da transação de R\$ 1.905.611 (75.058.542 ações ao custo de R\$ 1.490.922 em 31 de dezembro de 2024). No dia 17 de dezembro de 2025, foram canceladas 26.890.385 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria e sem redução do valor do capital social.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Remuneração com base em plano de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações para Colaboradores da Companhia. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo *Black-Scholes* de precificação. Para a definição da volatilidade esperada, foram observadas as cotações das ações do passado pelo mesmo período dos vestings das opções de subscrição outorgadas.

As datas de realização das reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionada a seguir:

	Programa XIII	Programa XV	Programa 1	Programa 2	Programa 3
Data da outorga pelo Conselho de Administração	03/08/2022	07/02/2023	08/04/2024	08/04/2024	12/03/2025
Total de opções concedidas	3.671.976	3.838.250	1.091.095	3.522.000	1.788.000
Preço da ação na data da outorga	23,76	41,63	49,66	49,66	36,75
Preço do Strike	18,79	31,87	45,55	45,55	40,19
Valor justo ponderado da opção na data da concessão	13,45	26,20	14,39	23,49	15,38
Volatilidade máxima estimada do preço da ação	74,19%	68,93%	42,11%	65,03%	47,38%
Taxa de retorno livre de risco	12,40%	13,17%	10,39%	10,92%	14,67%
Duração da opção (em anos)	4	5	3	5	5

A Companhia possui saldo registrado no patrimônio líquido, na rubrica de Reserva de capital, remuneração baseada em ações, o montante de R\$ 548.410, e o valor de R\$ 70.762, foi registrado na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 70.870 em 2024).

Das opções outorgadas, 4.286.239 opções foram exercidas em 02 de janeiro de 2025, com a integralização de R\$ 98.995 no capital social da Companhia.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.3. Resultado por ação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos exercícios:

Apuração do resultado básico e diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Numerador (em R\$ mil)		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	2.251.479	10.301.606
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada líquida de quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação (*)	812.316	834.379
Resultado básico por ação	2,772	12,346
Resultado diluído por ação	2,770	12,293
Ações potencialmente diluidoras em períodos futuros com lucro	568	3.632

* A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício.

20.4. Destinação do lucro do exercício

De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 0,001% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como este lucro é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial, todo o valor se enquadra como Lucro Não Realizado, conforme o artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, existe previsão para Reserva estatutária para investimentos, de até 100% do saldo a distribuir após cálculo do dividendo mínimo, com isso, a proposta para a destinação do lucro líquido do exercício está assim composta:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	2.251.479
Constituição de Reserva Legal (5%)	(112.574)
Saldo a distribuir	2.138.905
Dividendo mínimo obrigatório estatutário (0,001%)	21
Destinação à Reserva de lucros a realizar (art. 197 6.404/76)	(21)
Destinação à Reserva de investimentos	(2.138.884)

21. Transações com partes relacionadas (Controladora)

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber Prio S.A x Comercializadora (i)	94	-
Contas a receber Prio S.A x Forte (i)	1.484	10.892
Contas a receber Prio S.A x Bravo (i)	1.768	6.414
Rateio despesas administrativas Forte (ii)	5.067	-
Rateio despesas administrativas Bravo (ii)	921	-
Rateio despesas administrativas Tigris (ii)	9.210	-
Mútuo passivo Petrório Luxembourg Holding x Prio S.A (iii)	(273.807)	(273.676)
Mútuo passivo Prio S.A x Coral (iv)	-	(16.384)
Mútuo passivo Prio S.A x Forte (v)	(172.526)	(375.051)
	(427.789)	(647.805)
Total no Ativo Não Circulante	18.572	17.970
Total no (Passivo Não Circulante)	(446.361)	(665.775)

- (i) Saldo referente à remuneração com base em plano de opções de compra de ações da Companhia com a Comercializadora, Forte e Bravo.
- (ii) Saldo referente ao compartilhamento de despesas da Companhia com a Forte, Bravo e Tigris.
- (iii) Saldo referente a contrato de mútuo firmado desde o segundo semestre de 2019 entre a Prio e a Lux

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Trading, com prazo indeterminado e taxa de juros de 7,03% a.a. A Lux Trading foi incorporada pela Lux Holding em outubro de 2023 e dessa forma o mútuo foi transferido para a incorporadora.
- (iv) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de R\$ 150.000, firmado em março de 2023, entre a Prio e a Prio Coral, com prazo indeterminado e taxa de juros de 3% a.a. que será utilizado para a composição de caixa para o programa de recompra de ações. Em fevereiro de 2024, foi firmado novo contrato de mútuo no valor de até R\$ 150.000, com as mesmas condições de prazo e taxa de juros do anterior. Conforme informado na nota explicativa 2.3, a Coral foi incorporada pela Forte em 30 de abril de 2025 e dessa forma o contrato foi liquidado.
- (v) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de até R\$ 500.000, firmado em março de 2024, entre a Prio e a Petro Rio Jaguar, com prazo indeterminado e taxa de juros de 6,125% a.a. que será utilizado para a composição de caixa. Conforme informado na nota explicativa de contexto operacional, a Jaguar foi incorporada pela Forte em janeiro de 2025 e dessa forma o mútuo foi transferido para a incorporadora.

Os efeitos no resultado foram:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre contratos de mútuo	48.345	42.492
Variação cambial	48.112	(102.765)
Total	96.457	(60.273)

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 34.932 (R\$ 27.185 em 2024), conforme detalhado abaixo:

Remuneração dos Administradores	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo a empregados	5.556	4.320
Pagamento baseado em ações	29.376	22.865
Total	34.932	27.185

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita Líquida

A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	31/12/2025					
	Venda de óleo produzido				Trading	Total
	Polvo/TBMT	Frade	Albacora Leste	Peregrino		
Receita bruta	1.765.815	4.218.789	3.468.791	4.500.706	1.754.261	15.708.362
Deduções	(14.052)	(29.656)	(56.989)	(23.705)	-	(124.402)
Receita líquida	1.751.763	4.189.133	3.411.802	4.477.001	1.754.261	15.583.960

	31/12/2024					
	Venda de óleo produzido				Trading (*)	Total
	Polvo/TBMT	Frade	Albacora Leste	Peregrino		
Receita bruta	1.928.431	6.888.479	4.027.533	248.203	2.200.045	15.292.691
Deduções	(34.446)	(79.040)	(41.501)	-	-	(154.987)
Subtotal	1.893.985	6.809.439	3.986.032	248.203	2.200.045	15.137.704
Despesas de comercialização	(222.827)	(254.968)	(211.462)	(48)	(87.746)	(777.051)
Receita líquida	1.671.158	6.554.471	3.774.570	248.155	2.112.299	14.360.653

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme valores demonstrados na nota explicativa 23, a área de trading realizou operações de compra e venda de óleo de terceiros com a aquisição de aproximadamente 4.222 mil barris de óleo. A partir de 2025, esses valores estão sendo apresentados na nota de Custos dos produtos vendidos dentro da linha de despesas de comercialização.

23. Custos dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização	(5.405.313)	(2.205.033)
Compra de óleo para revenda	(1.610.875)	(2.088.361)
Royalties e participação especial	(1.533.652)	(1.232.820)
Operação e Manutenção	(1.063.389)	(335.887)
Consumíveis	(625.186)	(564.534)
Pessoal	(553.542)	(255.427)
Depreciação de arrendamento	(298.515)	(182.841)
Outros Custos	(227.910)	(111.458)
Logística	(221.711)	(109.515)
Total dos custos de produção	(11.540.093)	(7.085.876)
Despesas de comercialização	(928.960)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(12.469.053)	(7.085.876)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas gerais e administrativas

Controladora		
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(8.213)	(49.406)
Despesas gerais e administrativas	(657)	(418)
Despesas com serviços de terceiros	(9.129)	(7.398)
Impostos e taxas	(2.238)	(3.897)
Despesa de depreciação e amortização	(24)	(112)
	(20.261)	(61.231)

Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(400.861)	(224.535)
Despesas gerais e administrativas	(105.537)	(56.443)
Despesas com serviços de terceiros	(132.619)	(137.231)
Impostos e taxas	(12.631)	(31.674)
Despesa de depreciação e amortização	(151.055)	(106.422)
	(802.703)	(556.305)

25. Outras receitas e despesas

Controladora		
	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(2.041)	-
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	48	-
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	-	(55)
Outras Receitas (Despesas)	2.366	(488)
Total	373	(543)

Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Aumento/Redução da provisão de abandono (alteração de taxa/curva)	-	(34.325)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(9.630)	(3.413)
Reversão (Provisão) para Contingências Fiscais	(4.978)	(3.331)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	5.532	315.710
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	-	(502)
Impostos sobre JSCP	(125.997)	(78.282)
Indirect Overhead - Parcerias	1.033	(29.098)
Ganho por compra vantajosa - Aquisição da Sinochem	-	58.412
Acordo para quitação da desmobilização do FPSO de Polvo	(142.919)	40.632
Perda parada de produção Peregrino	(194.765)	-
Fee de aquisição de Peregrino	(35.786)	-
Outras Receitas (Despesas)	15.642	8.054
Total	(491.868)	273.857

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	752	956
Receita de aplicação financeira realizada	531	800
Outras receitas financeiras	221	156
Despesas financeiras	(63.855)	(51.218)
Outras despesas financeiras	(63.855)	(51.218)
Variações cambiais, líquidas	(36.238)	93.957
Receita de variação cambial	55.109	232.440
Despesa de variação cambial	(91.347)	(138.483)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	359.744	865.730
Receita de aplicação financeira realizada	172.189	729.203
Marcação a valor justo de derivativos	4.796	325
Ganho realização de derivativos	114.080	99.770
Outras receitas financeiras	68.679	36.432
Despesas financeiras	(2.267.761)	(1.576.425)
Perda em aplicação financeira realizada	(166.042)	(16.083)
Juros sobre empréstimos	(1.344.905)	(862.198)
Comissão sobre fianças	(8.177)	(165)
Marcação a valor justo de derivativos	(2.660)	-
Perda realização de derivativos	(161.885)	(81.072)
Despesas com juros sobre arrendamentos	(50.007)	(211.420)
Ajuste a valor presente abandono	(371.394)	(172.066)
Atualização passivo Earn - out	-	(61.292)
Outras despesas financeiras	(162.691)	(172.129)
Variações cambiais, líquidas	(133.918)	126.353
Receita de variação cambial	7.193.601	6.911.123
Despesa de variação cambial	(7.327.519)	(6.784.770)

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.258.502	10.282.634
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	767.891	3.496.096
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	919	3.485
Resultado de equivalência patrimonial	(808.429)	(3.502.242)
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	46.642	(16.311)
Total	7.023	(18.972)
Imposto de renda diferido	7.023	(18.972)
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	7.023	(18.972)
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	0,31%	-0,18%

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(232.613)	6.361.119
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	(79.088)	2.162.780
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	259.214	(113.608)
Dedução/ Benefícios Fiscais	(3.753)	(12.717)
(Utilização de) Prejuízo Fiscal	(482.851)	(71.009)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(6.146.529)
Efeito de alíquotas fiscais reduzidas nos EUA e Luxemburgo	(323.462)	(1.212.019)
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	(1.854.152)	1.452.615
Total	(2.484.092)	(3.940.487)
Imposto de renda e contribuição social	419.518	567.521
Imposto de renda diferido	(2.903.610)	(4.508.008)
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.484.092)	(3.940.487)
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	1067,91%	-61,95%

28. Informações por segmento (Consolidado)

O pronunciamento técnico CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de exploração e produção (E&P) de óleo e gás no Brasil e no exterior, representando, portanto, um único segmento de atuação.

Informações por segmento das operações continuadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Brasil	6.490.179	3.689.240
Exterior	3.083.086	4.263.332
Ativo não circulante		
Brasil	54.421.782	35.248.375
Exterior	184.558	12.545.218
Receita	31/12/2025	31/12/2024
Exterior	15.583.960	14.360.653

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros, preço e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, *swaps*, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista.

Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece e periodicamente revisa as políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco de mercado - câmbio**

O risco cambial é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da oscilação nas taxas de câmbio entre duas moedas. A companhia tem como moeda funcional o dólar por ter se não toda, a maior parte do seu caixa, receita, custos e dívida em dólar, considerando que as dívidas em reais possuem swap para dólar. Portanto, a Companhia entende que a oscilação nas taxas de câmbio não apresenta riscos relevantes.

- **Risco de mercado - preço**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge

A Companhia contrata através de suas subsidiárias instrumentos financeiros derivativos para a proteção contra a volatilidade dos preços de petróleo no mercado. Dentre os instrumentos contratados temos opções de compra, opção de venda, forwards e swaps.

No exercício findo em 31 de exercício de 2025, a Companhia registrou uma perda líquida com a realização de operações de hedge no valor de R\$ 47.805 e receita de marcação a valor de mercado no valor de R\$ 2.136. O valor de mercado dos instrumentos está registrado no passivo circulante da Companhia no valor de R\$ 1.012.

A Companhia designou as debêntures e o empréstimo contratado junto ao Banco XP S/A como itens protegidos, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48/ IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa.

Por terem sido contratados com prazos e idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal.

Em 31 de dezembro de 2025 a marcação a mercado dos contratos de swap somava R\$ 682.622 (R\$ 1.483.243 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado abaixo:

Marcação a mercado	31/12/2025	31/12/2024
Swap debêntures	671.595	1.483.243
Swap empréstimos	11.027	-
Total	682.622	1.483.243

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco de mercado – taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados atrelados ao indexador SOFR.

A aplicação dos recursos disponíveis é realizada, predominantemente, em títulos emitidos por instituições financeiras, com taxas pós-fixadas baixas e, em sua maioria, com liquidez diária, respeitando os limites prudenciais de concentração e não representando risco significativo.

A tabela a seguir informa a análise de sensibilidade realizada para um horizonte de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2025. O cenário provável apresenta o valor dos juros considerando as taxas de mercado, e os cenários I e II demonstram a despesa total de juros flutuantes caso ocorra uma variação de 25% e 50% nessas taxas de juros, respectivamente, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (I) 25%	Cenário (II) 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento da SOFR	(87.668)	(101.194)	(114.720)

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração, listados na nota explicativa de caixa e equivalentes de caixa.

Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as vendas líquidas de petróleo foram para 17 clientes distintos, que não apresentam risco de crédito relevante, considerando que historicamente não possuem atrasos nem inadimplências, sendo os principais, Repsol com 29% do total e Unipac com 15% do total. O prazo médio de recebimento é de 30 dias da conclusão da venda.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	até 12 meses	acima de 12 meses	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(17.167.620)	(2.406.529)	(21.312.820)	(23.719.349)
Fornecedores	(2.350.166)	(2.350.166)	-	(2.350.166)
Debêntures locais	(9.943.197)	(647.290)	(16.983.327)	(17.630.617)
Arrendamentos	(644.854)	(337.593)	(360.634)	(698.227)
Marcação a mercado dos swaps das debêntures e empréstimos	(682.615)	-	-	-
Adiantamento de parceiros	(240.064)	(240.064)	-	(240.064)
	(31.028.516)	(5.981.642)	(38.656.781)	(44.638.423)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Valor Contábil	até 12 meses	acima de 12 meses	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(11.936.077)	(116.157)	(11.819.920)	(11.936.077)
Fornecedores	(757.596)	(757.596)	-	(757.596)
Debêntures locais	(6.465.871)	(133.066)	(6.332.805)	(6.465.871)
Marcação a mercado dos swaps das debêntures	(1.483.243)	-	(1.483.243)	(1.483.243)
Arrendamentos	(2.548.486)	(329.670)	(2.218.816)	(2.548.486)
Adiantamento de parceiros	(191.816)	(191.816)	-	(191.816)
	(23.383.089)	(1.528.305)	(21.854.784)	(23.383.089)

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	até 12 meses	acima de 12 meses	Total
Passivo				
Fornecedores	(2.781)	(2.781)	-	(2.781)
Empréstimos com partes relacionadas	(446.361)	-	(446.361)	(446.361)
	(449.142)	(2.781)	(446.361)	(449.142)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Valor Contábil	até 12 meses	acima de 12 meses	Total
Passivo				
Fornecedores	(1.382)	(1.382)	-	(1.382)
Empréstimos com partes relacionadas	(665.775)	-	(665.775)	(665.775)
	(667.157)	(1.382)	(665.775)	(667.157)

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito de “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

Os valores de mercado ("valor justo") obtidos pela Administração foram determinados pelo Nível 2 para os instrumentos financeiros abaixo, e não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros								
Custo amortizado:								
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	5.466	5.466	3.398.291	3.398.291	10.351	10.351	3.993.359	3.993.359
Contas a receber (i)	-	-	1.690.100	1.690.100	-	-	931.770	931.770
Partes relacionadas	18.572	18.572	-	-	17.970	17.970	-	-
Passivos financeiros								
Custo amortizado:								
Fornecedores (i)	2.781	2.781	2.350.166	2.350.166	1.382	1.382	757.596	757.596
Empréstimos e Financiamentos	-	-	17.138.866	17.138.866	-	-	11.936.077	11.936.077
Debêntures	-	-	9.787.509	9.787.509	-	-	5.529.051	5.529.051
Adiantamento de parceiros	-	-	240.064	240.064	-	-	191.816	191.816
Contas a pagar earn out Albacora Leste	-	-	-	-	-	-	1.077.584	1.077.584
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Swap (ii)	-	-	184.442	867.064	-	-	936.820	2.420.063
Valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros (ii)	-	-	1.012	1.012	-	-	-	-

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos ser em média de 30 dias.

(ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (preços, por exemplo).

30. Contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de perda nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 nos montantes de R\$ 758.162 e R\$ 758.036, respectivamente, são suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. A Companhia possui registrado no ativo não circulante depósitos judiciais relacionados aos processos em andamento, no montante de R\$ 189.277 (R\$ 171.082 em 31 de dezembro de 2024), relacionados principalmente a demandas fiscais e trabalhistas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza das contingências registradas

A Companhia possui atualmente demandas judiciais que apresentam risco provável, que são basicamente reclamações trabalhistas que somam o montante de R\$ 23.455, reclamações fiscais no valor de R\$ 92.537 e reclamações cíveis/regulatórias no valor de R\$ 352.598 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 20.819, R\$ 86.297 e R\$ 352.383, respectivamente). Dentre as causas prováveis, as mais relevantes são uma regulatória da Prio Forte no valor de R\$ 224.872 referente a multas sobre o conteúdo local e uma fiscal, também da Prio Forte, no montante de R\$ 91.503 referente a exigência de imposto de renda retido na fonte de remessas realizadas em 2013 para quitação de contrato de intermediação financeira.

Na aquisição da Prio Forte e da Prio Stellina foram reconhecidos o valor justo referente ao passivo contingente assumido, mensurado sobre as provisões possíveis. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 221.458 (R\$ 221.883 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 25.111 (R\$ 76.654 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Deste valor, as causas mais relevantes são:

- (1) Secretaria da Receita Federal, referente à Impugnação ao Auto de Infração lavrado contra a Prio Tigris, no qual é exigido crédito tributário a título de IRPJ e de CSLL, relativos aos anos-base de 2012 e 2013, acrescidos de multa de 75% e juros calculados pela Selic, no montante de R\$ 57.764; e
- (2) Fazenda Nacional, referente à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar antecedente para suspensão da exigibilidade integral do crédito tributário decorrente da cobrança emitida pela Receita Federal, no montante de R\$ 12.731.

Demais causas possíveis de perda

Segundo os consultores jurídicos do Grupo, o risco de perda das demais causas é “possível” no montante de R\$ 4.029.942 (R\$ 3.977.485 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 1.426.339 de causas fiscais, R\$ 2.598.906 cíveis e R\$ 4.697 trabalhistas (R\$ 1.778.460, R\$ 2.160.969 e R\$ 38.056, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). As causas com valores mais relevante são:

- (1) Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, no montante de R\$ 1.314.970, requerendo o pagamento de danos materiais e morais por prejuízos causados a pescadores de municípios dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em razão da criação de uma zona de exclusão pesqueira para a plataforma de exploração de gás e petróleo, no Campo de Frade.
- (2) Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (“FEPERJ”), no montante de R\$ 451.590, requerendo a reparação por supostos prejuízos sofridos pelos pescadores em decorrência dos Derramamentos de Petróleo do Campo de Frade em 2011/2012, quando operado pela Chevron, que atualmente encontra-se em fase de conhecimento;
- (3) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 346.486, referente ao auto de infração com exigência de IRRF sobre as remessas ao exterior a título de juros decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) da Forte;
- (4) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 221.374, cobrando IRPJ e CSLL em razão das regras de preço de transferência utilizadas na Jaguar em 2010, quando operado pela Chevron, e encontra-se aguardando julgamento de Apelação em 2ª instância judicial. A Companhia aguarda o recebimento dos autos para encerramento do processo, que tem sentença favorável à Prio Jaguar;
- (5) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 179.948, referente ao não reconhecimento do ressarcimento antecipado no montante de 50% do crédito total de Pis e Cofins;

Notas Explicativas às demonstrações financeiras **31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (6) Fazenda Nacional no valor de R\$ 109.271, referente à exigência de forma antecipada do pagamento do montante histórico de R\$ 76.223, decorrente de valores de créditos de Pis e Cofins antecipados pela Receita Federal;
- (7) Fazenda Nacional no valor de R\$ 98.401 referente à Ação Ordinária ajuizada com o objetivo de desconstituir crédito tributário a título de IRRF da Forte;
- (8) Sentença arbitral movida pela Tuscany, no valor de R\$ 107.948, referente ao ressarcimento devido à rescisão antecipada dos contratos de locação e operação de sondas helitransportáveis para a O&G

31. Eventos subsequentes

31.1. Licença de operação de Wahoo

No dia 03 de março de 2026 foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (“Ibama”), a Licença de Operação do Campo de Wahoo.

Com a emissão da Licença de Operação, a Companhia conclui a última etapa regulatória para o início da produção do campo, que se encontra em etapa final de comissionamento.